

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

PRODUÇÃO, EMPREGO E RECEITA TRIBUTÁRIA:
o efeito paradisíaco das frutas tropicais no
Pólo Agroindustrial do Açúcar/RN

LINDAURA MARIA DE SANTANA

CAMPINA GRANDE

1995

LINDAURA MARIA DE SANTANA

**PRODUÇÃO, EMPREGO E RECEITA
TRIBUTÁRIA: o efeito paradisíaco das frutas
tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu/RN**

**Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Economia da Universidade
Federal da Paraíba, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de
Mestre em Economia.**

Área de Concentração: Economia Rural

Orientador : Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos

Co-orientador: : Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva

CAMPINA GRANDE

1995



Catlogação na publicação. UFRN. Biblioteca Central Zila Mamede. Divisão de Processos Técnicos.

Santana, Lindaura Maria de.

Produção, emprego e receita tributária: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu/RN/Lindaura Maria de Santana. - Campina Grande (PB): s.n., 1995.

123p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Economia.

1. Economia agrícola- Pólo Agroindustrial do Açu/RN-Tese. 2.Produção agrícola-Pólo Agroindustrial do Açu/RN-Tese. 3.Fruta tropical-Pólo Agroindustrial do Açu/RN-Tese. 4.Irrigação- Pólo Agroindustrial do Açu/RN-Tese. 5.Agricultura- Pólo Agroindustrial do Açu/RN-Tese. 6.Economia-Rio Grande do Norte-Tese. I.Título.

RN/UF/BCZM

CDU 338.43(813/22) (043.5)

LINDAURA MARIA DE SANTANA

PRODUÇÃO, EMPREGO E RECEITA TRIBUTÁRIA:

o efeito paradisíaco das frutas tropicais no

Pólo Agroindustrial do Açu/RN

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: ___/___/___

Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos
Orientador

Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva
Co-orientador

Prof. Ms. João Otávio Paes de B. Júnior
Examinador

Prof. Dra. Maria Lúcia G. de Carvalho
Examinadora

CAMPINA GRANDE

1995

Da apologia ao tempo

Tantos já falaram do tempo e ao tempo!

quantos poetas e literatos já fizeram apologia de como aproveitar o tempo,

como absorvê-lo além das possibilidades,

ou ainda, quantos o desprezaram,

sublimando-o ao dissabor do desgaste das pessoas e das palavras ou das coisas?

ah, o tempo!

esse paradoxal amigo e inimigo que nos acompanha (na abstração de não o vermos, mas o sentirmos) onde estivermos, desenhando formas e cores, fotografando o ir (e fluir) de sentimentos, fatos e ações...

Até quando (no tempo) vamos viver em função do tempo e do que ele pode ou não nos proporcionar?

Se é exíguo, se é extenso, de como vamos dispor dele e o que vamos fazer com ele.

Correr contra ele, correr atrás dele ou correr com ele? por que ao invés de tantas determinações das horas e minutos, dias, meses e anos, (...) por que não experimentarmos o sorver processual da vida em todas as dimensões que podemos nos proporcionar através do tempo?

Só com o tempo podemos descobrir que o tempo é para ser consumido saborosamente, suavemente, e não para nos consumir atropelando sonhos e desejos como que a nos torturar pela cobrança do que não fizemos com o tempo.

Tempo, tempo, tempo, tempo!

Para aqueles que vivem no tempo desesperadamente, exigindo a prestação de contas e castrando potencialidades e, principalmente, para os que vivem o tempo com todas as utopias possíveis (a imaginação ainda é livre e sem limites) despreocupadamente, na tentativa de resgatar a intensidade, conhecimento e produção que o viver (simplesmente) pode conter em ser e sentir através da essência, dedico este trabalho.

O tempo é a música que ouço, o livro que leio, a paixão que tenho pelas pessoas, a teoria que concordo ou discordo, a poesia de que gosto, a ciência que cria, o vento que sopra, o sol que nasce todos os dias, a lua que muda de fases, o amor que renasce a cada dia... a vida que na dinâmica vem e se vai... no tempo!

AGRADECIMENTOS

Difícil externalizar sentimentos quando, na essência, esses se traduzem em abstrações. Basta-me senti-los.... Por isso agradeço, no íntimo da alma, a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração deste trabalho. A todas essas pessoas (acadêmicas ou não) a certeza de que continuarão presentes não só na concretização do cumprimento dessa tarefa, mas no meu crescimento enquanto profissional e gente.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	04
LISTA DE TABELAS.....	05
RESUMO.....	07
ABSTRACT.....	08
1. Introdução.....	09
2. Considerações sobre a dinâmica do setor agrícola e as transformações na agricultura irrigada.....	14
2.1. Agricultura integrada a dinâmica do capital.....	14
2.2. Agricultura irrigada enquanto processo de produção tecnologicamente avançado.....	27
2.3. Alterações no processo de trabalho da agricultura irrigada.....	36
3. Impactos da produção agrícola irrigada (frutos tropicais) do pólo agroindustrial Açúcar na economia do RN.....	41
3.1. Características do universo pesquisado.....	42
3.2. As empresas produtoras de frutos tropicais:.....	53
3.2.1. Maísa.....	54
3.2.2. Fazenda S.João.....	66
3.2.3. Empresa Viva Agroindustrial.....	72
3.2.4. Finobrasa.....	81
3.2.5. Frunorte.....	87
4. Reflexos da agricultura irrigada no Estado: Produção, Emprego e Receita Tributária.....	97
5. Considerações Finais.....	118
Referências Bibliográficas.....	121

LISTA DE TABELAS

I. Maísa - produção anual de frutas tropicais (em t) de 1983 a 1994 - mercado interno.....	56
II. Maísa - produção anual de frutas tropicais (em t) de 1983 a 1994 - mercado externo.....	58
III. Maísa-faturamento líquido(em US\$1,00)por tipo de mercado de 1983 a 1994...	62
IV. Fazenda São João - área irrigada plantada com melão de 1990 a 1993.....	67
V. Fazenda São João - produção anual de melão (em t) de 1990 a 1994.....	70
VI. Fazenda São João - faturamento líquido (em US\$1,00) de 1990 a 1994.....	71
VII. Frunorte - produção anual de frutas tropicais (em t) de 1986 a nov/1994.....	91
VIII. Frunorte-faturamento líquido(em US\$1,00)por tipo de mercado de 1986 a nov/1994.....	94
IX. Frunorte - Empregos diretos ofertados de 1986 a 1994.....	95
X. Pólo Agroindustrial do Açu-RN - produção de frutas tropicais (em t/ano) por empresa produtora, comercializada nos mercados interno e externo, anualmente, de 1983 a 1994.....	99
XI. Pólo Agroindustrial do Açu-RN - produtividade média do trabalho (em t/ano) de 1991 a 1994.....	101
XII. Pólo Agroindustrial do Açu-RN - Número de empregos ofertados de 1986 a 1994.....	105
XIII. Rio Grande do Norte - montante de ICMS não arrecadado sobre as frutas tropicais (em US\$ 1,00) de 1991 a 1994.....	105
XIV. Rio Grande do Norte - Receita tributária arrecadada (em US\$ 1,00) de 1990 a 1994.....	106
XV. Pólo Agroindustrial do Açu-RN - incremento de empregos diretos/ano e custos com o número de trabalhadores, de 1991 a 1994 em relação a 1990.....	107

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender os reflexos da produção de frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu, oriundos da agricultura irrigada sobre a economia do Rio Grande do Norte a partir dos anos oitenta, nos seus aspectos econômicos e sociais e, assim, averiguar a importância atual dessa produção no contexto econômico do estado relativamente à produtividade, ao emprego e à receita tributária. Para tal, resgatam-se as transformações ocorridas no setor agrícola, especificamente, no Pólo Agroindustrial do Açu-RN, após a instalação das empresas que o compõem, entendendo-as sob a lógica da acumulação de capital. Todas essas empresas, quais sejam: Maísa, Fazenda São João, Viva Agroindustrial, Finobrasa e Frunorte, dispõem de grande volume de capital, relações de trabalho assalariadas, sendo, portanto, a produção em moldes capitalistas, além de grande aparato estatal no que concerne a empréstimos e à liberação de impostos, possibilitando a crescente integração da agricultura à dinâmica do capital. A liberação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) pelo estado em 1991, tinha como objetivo promover o desenvolvimento do Pólo Agroindustrial do Açu-RN, visto ser esse Pólo o principal produtor de frutas tropicais do Estado, no sentido de aumentar o valor agregado à produção agrícola e de garantir empregos estáveis para a população trabalhadora, tanto no campo quanto nas atividades industriais. No entanto, pelos dados pesquisados verificou-se que mesmo crescendo a produção e a produtividade do trabalho, via incremento de tecnologia, a situação dos trabalhadores desse Pólo permanece a mesma em termos salariais. Em relação à geração de empregos, constatou-se que o aumento no número de empregos ofertados por essas empresas, no período em análise, não compensa, em termos relativos, o que o estado deixou de arrecadar em ICMS, percebendo-se dessa forma a crescente concentração de capital nas empresas privadas, patrocinada em parte com impostos públicos, sob a égide do Estado.

ABSTRACT

The present work has as its objective to understand the influence, in its economic and social aspects, of tropical fruit production, based upon irrigation agriculture in the Agribusiness Pole of Açu, on the economy of the State of Rio Grande do Norte beginning in the eighties and, thus, investigate the current importance of this production in the economic context of the State relative to productivity, to employment and to tax revenue. With that objective, the transformations that occurred in the agricultural sector, specifically in the Agribusiness Pole of Açu - RN, after the installation of the businesses that constitute the Pole, were identified and viewed under the capital accumulation logic perspective. All of the companies: Maísa, Fazenda São João, Viva Agroindustrial, Finobras and Frunorte, have large quantities of capital at their disposal and practice salaried worker relations, the production being, therefore, within the capitalist mold, in addition to a large State apparatus with respect to loans and tax exemptions, making possible the growing integration of agriculture with the dynamics of capital. The exemption of the ICMS (Tax on the Circulation of Merchandise and Services) had as its objective to promote the development of the Agribusiness Pole of Açu - RN, this Pole being seen as the principal producer of tropical fruits in the State with the intention of increasing the aggregate value of agricultural production and to guarantee stable employment for the working population in the fields as well as in industry. However, through the data researched, it was verified that even though production and worker productivity was increasing, through technological growth, the situation of the workers of this Pole remained the same in terms of salaries. With respect to the generation of employment, it was established that the increase in the number of jobs offered by these companies, during the period in analysis, did not compensate, in relative terms, what the State forwent in ICMS, being seen, in this manner, a growing concentration of capital in the private companies, sponsored, in part, by public revenues, under the support of the State.

INTRODUÇÃO

Uma preocupação guiou a elaboração deste trabalho: a tentativa de compreender os reflexos da produção de frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu, oriundos da agricultura irrigada sobre a economia do Rio Grande do Norte a partir dos anos oitenta, nos seus aspectos econômicos e sociais e assim averiguar a importância atual dessa produção no contexto econômico do Estado, relativamente à produtividade, emprego e receita tributária.

Presume-se que o setor agrícola tem passado por muitas transformações, resultantes da adoção de uma agricultura capital-intensivo, tecnologicamente avançada, voltada para produção e exportação de frutas tropicais, que passaram a ter peso significativo na economia do Rio Grande do Norte. Atualmente *“as frutas tropicais tornaram-se o principal produto de pauta de exportações do Estado, respondendo no ano de 1994 por 27,09% do total da receita (US\$ 23,8 milhões)”* (O POTI, 21.08.94).

No entanto, para compreender essa realidade torna-se necessário resgatar inicialmente os aspectos históricos do processo produtivo dessa

agricultura irrigada, apontando o desenvolvimento dessa produção com a utilização de tecnologias modernas e alterações no processo de trabalho.

A dinâmica desse processo produtivo, potencializada pelas transformações econômicas e sociais advindas da implantação do Projeto Baixo Açu (particularmente da barragem Armando Ribeiro Gonçalves), dá-se principalmente após a instalação das empresas agropecuárias produtoras e exportadoras de frutas tropicais, resultando na formação do Pólo Agroindustrial do Açu. Esse pólo é formado pelas cidades de Mossoró, Açu, Carnaubais, Ipanguaçu e Governador Dix-Sept Rosado, todas no Rio Grande do Norte. Mas como as grandes unidades produtivas localizam-se em Mossoró e Açu, constitui-se esse o universo pesquisado. As principais empresas que o compõem são: Maísa, Fazenda São João, Viva Agroindustrial, Finobrasa e Frunorte.

Todas são empresas com grande volume de capital e relações de trabalho assalariadas, sendo, portanto, a produção em moldes capitalistas e, como tal, predominando os interesses da reprodução do capital. Essas empresas instalaram-se no pólo agroindustrial do Açu a partir dos anos oitenta e desde então trouxeram transformações à Região no contexto econômico e social. Produzem nas áreas irrigadas especificamente frutas tropicais, com largo

aparato do Estado, que além de bancar o Projeto Baixo Açu e a barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que têm servido aos interesses privados, deu amplo apoio às empresas através de políticas creditícias, subsidiárias e isenção de impostos.

Pretendeu-se neste trabalho averiguar se todo esse suporte estatal dado às empresas privadas (produtoras de frutas tropicais) através dos mecanismos acima citados e, particularmente, em relação à liberação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) na comercialização interna (RN), interestadual e externa desde 1991, por tempo indeterminado, rendeu na realidade os retornos sociais esperados, principalmente, no que diz respeito aos investimentos na geração de empregos em relação ao volume de capital que foi liberado em ICMS nesse período.

Para tal entendimento, foi preciso pontuar a complexidade das ações e transformações que acompanharam esse processo através de um estudo teórico e empírico.

Em relação à parte teórica, foi utilizada literatura pertinente ao tema. Quanto à parte empírica, fez-se um mapeamento das principais empresas agropecuárias e das principais frutas tropicais produzidas com o intento de

entender as possíveis mudanças ocorridas no estado do RN após suas instalações no pólo agroindustrial do Açu, verificando o comportamento da produção, emprego e receita tributária.

O instrumento metodológico utilizado na pesquisa de campo foram entrevistas aplicadas nas próprias empresas, de onde foram obtidos os dados necessários em função do objeto proposto pela pesquisa.

A análise dos dados foi feita considerando-se os aspectos históricos, econômicos e sociais coletados das entrevistas e, posteriormente, foram sistematizados analiticamente na elaboração da dissertação a qual essa pesquisa serviu de suporte.

O trabalho está organizado em cinco partes: na primeira fez-se uma introdução com a finalidade de sistematizar o objetivo e metodologia da presente pesquisa; a segunda tece considerações sobre a dinâmica do setor agrícola e as transformações na agricultura irrigada; a terceira aborda os impactos da produção agrícola irrigada das frutas tropicais situada no Pólo Agroindustrial do Açu na economia do Rio Grande do Norte; a quarta analisa os reflexos da produção das frutas tropicais considerando a agricultura irrigada do Rio Grande do Norte, especificamente em relação à produção, à geração de

empregos e à receita tributária e, finalmente; a quinta parte refere-se às considerações finais a respeito da análise proposta, avaliando os efeitos da política de isenção de ICMS do Estado nessa atividade.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DINÂMICA DO SETOR AGRÍCOLA E AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA IRRIGADA.

Considerando o objeto de estudo, pretende-se compreender em linhas gerais os mecanismos e transformações que permeiam a dinâmica do setor agrícola e especificamente a agricultura irrigada, dentro do contexto econômico brasileiro.

2.1. A agricultura integrada à dinâmica do capital.

Com o intento de entender os reflexos da produção irrigada de frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu, relativos à economia do Rio Grande do Norte, analisar-se-á a dinâmica e transformações do setor agrícola e as inter-relações entre este e os demais setores da economia (indústria e serviços). Para tal, faz-se indispensável entender esse processo inserido no contexto capitalista de produção, resgatando o processo evolutivo ocorrido nesse setor incorporado ao processo de industrialização brasileira, sob a égide

do capital, posto que estão envolvidas nessa dinâmica forças (e classes) econômicas e sociais com interesses antagônicos e peculiares.

Particularmente, o interesse principal está em compreender transformações processuais e sua importância na economia do estado do Rio Grande do Norte concernentes à instalação de empresas agropecuárias no Pólo Agroindustrial do Açu, que se utilizam da agricultura irrigada para produzir; considerando a produção de frutas tropicais e sua importância na economia potiguar, cujo projeto de irrigação (Projeto Baixo-Açu) foi bancado pelo Estado. Para tal entendimento é preciso pontuar a complexidade das ações que acompanham esse processo, as quais refletem um duplo movimento: *"De dentro, a ação das forças sociais, econômicas e políticas dos agentes que o integram, e de fora, pela ação do Estado através de políticas públicas e de suas agências ao estabelecer relações particulares com os agentes anteriormente mencionados"* (Graziano da Silva, 1991 : 18).

A agricultura, enquanto setor integrado à produção capitalista e sujeito à lógica de acumulação do capital, está "subordinada" às condições do desenvolvimento capitalista. Assim, nessa dinâmica, o desenvolvimento das forças produtivas e conseqüente transformações nas relações de produção, no qual o processo técnico e a fusão dos capitais (agrícola, industrial e bancário),

visto que a agricultura se transformou num ramo como outro qualquer de aplicação de capitais, combinam-se, mediante a aplicação da mecânica e química, para produzir diferentes produtos. Consubstancia-se aqui a contradição do capitalismo: produção socializada e lucros privados.

Tal contradição se evidencia através da adoção crescente do progresso técnico e científico em todos os setores da economia. Pois, apesar do avanço das forças produtivas e de todo o progresso patrocinado pelo capital, o capitalismo, pela sua natureza, não é capaz de colocar a serviço de toda a sociedade as potencialidades produtivas que o próprio sistema desenvolve, revertendo as inovações tecnológicas a quem detém o capital, às expensas das demais classes.

Particularmente, na agricultura, o progresso técnico e o capital financeiro (fusão dos capitais industrial e bancário) se integram (e são integrados) a esse setor, dentro do contexto capitalista, no qual os grandes grupos empresariais, por serem os detentores do grande capital, reproduzem-no, de acordo com os seus interesses¹). No entanto, isso não deve ser

¹ Em relação a integração da agricultura aos demais setores da economia, destacam-se as formas de integração técnico-produtiva e integração de capitais. A integração técnico-produtiva é o "aprofundamento das relações de integração técnica agricultura - indústria com a disseminação do uso de meios de produção industriais por um lado e modernização dos blocos industriais processadores de produtos agrícolas por outro lado" (Delgado 1985:138). "A integração de capitais é a fusão de múltiplos capitais: bancários, agrários e industriais e sua conglomeração também na agricultura" (Delgado, 1985:139). Essa centralização de capitais, por sua vez, formaram sociedades

entendido " como uma 'perversidade' da indústria 'roubando' lucro e a renda da terra dos agricultores"...(Graziano da Silva,1991: 12), mas como um processo, onde a agricultura, por está inserida, não poderia ficar à parte, mesmo assumindo caráter diferenciado enquanto unidade analítica.

A inserção da agricultura no processo de acumulação capitalista, assume formas produtivas de acordo com a industrialização brasileira e, segundo Kageyama et. al (1987: 03), pode-se assim entender as fases evolutivas desse setor, a partir da construção e diferenciação dos conceitos de modernização da agricultura, industrialização da agricultura e formação dos Complexos Agroindustriais - CAIs, que embora às vezes sejam utilizados como sinônimos, não o são. Senão vejamos: por modernização da agricultura entende-se, basicamente, mudança na base técnica da produção agrícola. Tal processo ganha dimensão nacional no pós-60, com a introdução na agricultura de máquinas, elementos químicos, mudanças nas ferramentas utilizadas e produção de novas variedades de culturas.

A industrialização da agricultura diz respeito às transformações nesse setor quando este passa a ser um ramo da produção semelhante à

anônimas, cooperativas rurais, empresas de responsabilidade limitada, integrados verticalmente, objetivando atingir a taxa média de lucro do conglomerado.

indústria, comprando determinados insumos e máquinas e produzindo matérias-primas para outros setores produtivos. A industrialização da agricultura brasileira se deu pós-65. Com relação aos CAIs, compreende-se que no imbricamento da agricultura/indústria o processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais *“caracteriza-se fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e, em parte, voltado para a exportação”* (Delgado, 1985:34).

Dentro do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, a modernização da agricultura cria as condições necessárias a esse processo, resultando na própria industrialização desse setor, no qual o capital subordina a natureza, passando o processo de produção das condições naturais à égide do capital.

Existem basicamente três diferenças da modernização da agricultura para o processo de industrialização desta, quais sejam:

1-Na modernização da agricultura, mesmo utilizando insumos modernos, havia espaço para a produção de maneira artesanal. Na industrialização, as mudanças ocorridas não são relativas somente à base técnica, mas principalmente, às relações de trabalho.

2-A agricultura brasileira incorpora a modernização (no pós-guerra) basicamente pelo uso do trator, porém, a partir das décadas de 60, há uma tendência de mecanização da agricultura em todo o processo produtivo (industrialização desse setor), que se traduz na substituição da habilidade manual e da destreza do trabalhador do campo pelas atividades mecanizadas.

3-Inicialmente, a modernização se viabiliza por meio de importação. No entanto, há uma internalização do DI (Depto.de bens de capital) e o que antes era importado (máquinas, equipamentos e insumos modernos) passa a ser produzido no Brasil com a implantação da indústria de base (siderurgia, petroquímica, borracha, plásticos, química fina, bioquímica , etc) nos anos 50/60.

O processo de modernização, como já foi dito, acelera-se a partir de meados dos anos 60, principalmente com a implantação de indústrias de máquinas e insumos básicos para a agricultura, fortalecendo-se na década de

70, promovendo a integração indústria - agricultura, na qual surgem setores da indústria que passam a produzir orientados para a agricultura e também processar, beneficiar, distribuir, coletar, armazenar, transportar e comercializar os produtos agropecuários. A agricultura, além de demandar produtos industriais (máquinas e insumos), também passa a produzir voltada para a indústria crescente. É nesse período (pós 75), que se configura a constituição dos vários complexos agroindustriais. *"A noção de complexo agroindustrial aqui utilizada, objetiva privilegiar a inter-relação entre os setores de demanda final e aqueles produtores de insumos e meios de produção específicos para um determinado produto de origem agropecuária"* (Graziano da Silva,1991:16). Considera-se, deste ponto de vista, a existência de vários complexos, cada um com sua dinâmica e particularidades, entendidos, no entanto, sob a ótica de acumulação do capital, destacando a importância da "internalização do D1", e percebendo a formação destes como resultado de um processo histórico. Assim, mesmo considerando (segundo o próprio Graziano da Silva,1991:05) a discussão dos complexos agroindustriais um assunto "complexo ", visto que vários autores o utilizaram com sentidos analíticos diferentes, os complexos agroindustriais aqui serão tratados como resultado da dinâmica histórica e econômica, na perspectiva de mostrar as mudanças evolutivas nas inter-relações entre o setor agrícola e o restante da economia e

podendo se constituir numa tendência do capitalismo, posto que "a agricultura não pode ser diretamente transformada num ramo da produção industrial", mas está imbricada a esta enquanto agricultura industrializada, com vocação a cada vez mais estreitar essas relações de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas.

Dessa forma, a preocupação fundamental em relação à dinâmica do setor agrícola ao capital manifesta-se nos fenômenos relativos a essa dinâmica da agricultura industrializada como uma tendência da reprodução do capital, processualmente, pois os "complexos rurais"⁽²⁾ sofreram grandes transformações, uma vez que atualmente para produzir na agricultura, *"seus insumos provém, não mais do 'laboratório natural', mas da produção social na qual o capital industrial oligopólico comanda"* (Muller, 1982:48).

Essa interdependência setorial entre agricultura, indústria e serviços, entendida como parte do desenvolvimento das forças produtivas, tem implicações na determinação da estrutura e dinâmica desses setores - particularmente a agricultura; pois esta se apresenta diferente dos demais setores produtivos, vistos ser possível nestes um controle absoluto do homem

² Por complexo rural entende-se "um conjunto intrincado de atividades agrícolas e manufatureiras indissolavelmente ligadas e internalizadas nas fazendas, que reproduziam a nível local as articulações mais gerais do D1 com D2 de toda a economia colonial" (Kageyama, 1987:07)

enquanto agente econômico. Na agricultura, embora com a utilização de todas as inovações técnico-científicas, *"continuamos ainda dependendo da ação incontrolável de forças da natureza, como as chuvas, o sol, as condições do solo, etc"* (Graziano da Silva, 1991: 10). Mesmo porque esse ramo da produção necessita de um tempo para gestação e seu processo produtivo é unificado, ou seja, a tecnologia ainda não é capaz de produzir mercadorias na agricultura como na indústria, e dessa forma, parcializar o processo produtivo e depois unificá-lo, como por exemplo, fabricar partes de uma planta e depois montá-la e transformá-la em produto acabado.

Dessa forma, nesse estágio atual, a agricultura ainda tem um processo produtivo diferente (embora seja integrada à dinâmica dos demais setores) pois, *"é verdade que hoje já podemos reproduzir partes e somente partes do processo de produção agropecuária, mas, como não conseguimos reproduzir artificialmente como um todo, não temos sobre esses processos um controle absoluto"* (Graziano da Silva, 1991:10).

Além disso, para produzir nesse setor, atualmente, *"não basta mais ser apenas proprietários de terra, em que pese ser esta um dos pressupostos da produção. Ocorre que no movimento de reposição da produção agrícola deve-se levar em conta um certo montante de bens de*

capital sem o qual a produção agrícola pode ser posta em xeque". (Muller,1982:49). Assim, o grau de industrialização da agricultura dependerá das tecnologias disponíveis, mas principalmente, da possibilidade de valorização do capital.

Delgado (1985:117) aponta ainda uma outra diferença entre a agricultura e os demais setores da economia no que diz respeito à rotação de capitais, pois, segundo esse autor, a rotação se apresenta mais lenta na agricultura, relativamente aos capitais aplicados em processos de produção contínuos. Primeiro, porque demanda maior tempo desde o preparo do solo até a colheita e venda da produção: segundo, porque há em geral uma descontinuidade entre os períodos de produção. Percebe-se que, atualmente, esses dois aspectos podem ser rediscutidos em função das transformações biotecnológicas implementadas a agricultura e seu processo produtivo.

No entanto, as transformações na estrutura agrária e na agrícola não devem ser vistas somente como técnico-econômicas. Elas também abrangem a estrutura social, na qual as relações de trabalho se modificam em função de elevada concentração e centralização de capital junto com o avanço de formas oligopólicas de estruturas de mercado e a presença do Estado como agente de suporte, garantindo a reprodução do capital.

Para Muller (1982:54), "*O Estado converteu-se no agente que possibilita a sustentação e a expansão da capitalização da agricultura que se industrializa*" através das políticas creditícias e subsidiárias e no próprio agente financeiro que está envolvido nesse processo, através da sua estrutura bancária e fiscal.

Nesse setor (agrícola) os mecanismos utilizados pelo Estado na organização da produção, em relação aos grandes produtores "modernizados ou modernizáveis", manifesta-se através das condições de financiamento, em termos de taxas de juros, prazos e carências de pagamento.

É importante frisar que o Projeto Baixo-Açu foi financiado pelo Estado, que pretendia "beneficiar" a população dessa região, visto que a mesma não dispunha de recursos hídricos para a irrigação, além de "promover" o assentamento de colonos. Esses aspectos seriam possíveis graças à existência da infraestrutura possibilitada pela construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. No entanto, parece que os benefícios se refletiram basicamente para os grandes produtores, pois, dispondo da infra-estrutura "ofertada" e proporcionada pelo Estado, instalaram-se nessa região várias empresas agropecuárias. Essas empresas, a partir da inversão de capitais (embora

privados), deixam margem a averiguações sobre a forma de apoio e incentivo a esse capital fomentado pelo Estado, através de políticas creditícias e isenção de impostos.

Entende-se que essa relação do Estado em *"patrocinar os interesses do grande capital não se dá pelo fato dele estar "acima" dos interesses particulares, administrando as relações (...) intercapitalistas"* (Graziano da Silva, 1991:12). Mas por se constituir num Estado no qual ao mesmo tempo em que é determinado pelas relações de produção, as determina, garantindo a reprodução do capital e favorecendo aos interesse da classe detentora desse capital. Assim, há uma relação dialética entre capital e Estado, podendo este, em determinados momentos, ser "pressionado" pelos grandes grupos capitalistas para favorecê-los, via empréstimos, concessões, subsídios, preços, etc, o que aparentemente perpassa a idéia de Estado regulador.

Face a essa dinâmica, considerando a agricultura dentro do contexto econômico, social, histórico e político, percebe-se a integração desse setor ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esse processo de industrialização do campo, resultante das transformações do processo produtivo e conseqüentemente das relações de trabalho, altera o grau de incorporação e tecnificação das atividades rurais no processo de acumulação

de capital. No entanto, há que se analisar as heterogeneidades e especificidades dessa dinâmica, entendendo-as na sua totalidade.

Pois, sob essa dinâmica capitalista, o processo de industrialização da agricultura brasileira apresenta particularidades de acordo com a região e produto(s), visto terem estrutura agrária e agrícola bastante heterogêneas. Nesse processo de integração indústria - agricultura, a agricultura não se traduz numa forma autônoma de criar valor e reproduzi-lo isoladamente.

Torna-se, pois, necessário analisar quais as mudanças que ocorreram no processo produtivo, nas relações de trabalho, no volume de produção, na receita tributária do Estado, no nível de emprego e nas políticas adotados pelo Estado na região em estudo, após a presença das empresas agropecuárias no polo agroindustrial do Açu. Essas empresas capitalistas são portadoras de grande volume de capital, de tecnologia avançada e não devem ser vistas como um setor à parte, distante do processo de integração da agricultura ao capital, muito pelo contrário.

Pode-se aventar que, com a instalação das empresas agropecuárias e seu relativo processo de crescimento tecnológico e produtivo, interrelacionando-se com as atividades industriais, comerciais e serviços, a

integração da agricultura à dinâmica do modo de produção capitalista, com o crescente desenvolvimento das forças produtivas, torna-se uma tendência crescente. Cada vez mais esses setores se imbricam e podem vir a constituir-se em CAIs. Entende-se que *"o crescimento da agricultura industrializada, que materializa os interesses sociais modernos, evidencia que este processo particular tende a converter-se em processo geral"* (Muller 1982:45).

Portanto, considerando-se que as empresas agropecuárias se utilizam de avançado processo técnico, para desenvolver suas culturas (produção de frutos tropicais) na agricultura irrigada do pólo agroindustrial do Açu, há que se analisar a irrigação enquanto um processo de produção tecnologicamente avançado.

2.2. Agricultura irrigada enquanto processo de produção tecnologicamente avançado.

Para se compreender o papel da agricultura irrigada, inserida no processo de industrialização da agricultura, concebendo-a como a forma mais avançada de produzir nesse setor, principalmente nas terras semi-áridas, há que se sistematizar as características básicas desse tipo de agricultura.

Dentro desse contexto, entende-se que, em termos gerais, a adoção da agricultura irrigada tem como objetivo aumentar a produtividade e conseqüentemente os lucros, via incremento da terra, do capital e do trabalho, modificando as formas de produzir, embora esse objetivo, por ser inerente à própria lógica de acumulação do capital, é almejado em qualquer outra realidade do processo de industrialização da agricultura. Mas, por se tratar de uma tendência a ser adotada na região semi-árida, destaca-se a preocupação com seus impactos sobre a estrutura econômica e social. *"A irrigação e portanto a agricultura irrigada constituem-se domínio da aplicação de água ao solo através de técnica artificial, de forma complementar ou total, com a finalidade de suprir a umidade de que carecem as plantas para o seu desenvolvimento"* (Ablas, 1989:117).

No Brasil, a grande concentração de terras semi-áridas situa-se no Nordeste (a zona semi-árida corresponde a 53,1% do território nordestino), sendo esta a zona relativamente mais pobre da região, principalmente no que diz respeito a recursos hídricos e solo. As áreas irrigáveis somam 4,7 milhões de hectares. Desse montante *"dois milhões de hectares já foram identificados pelo DNOCS E CODEVASF como possíveis de aproveitamento, mediante projetos públicos de irrigação"* (Carvalho, 1988:178).

Dentro dessa área, encontra-se o projeto Baixo-Açu, o qual faz parte do pólo agroindustrial do Açu, utilizando-se da agricultura irrigada para produzir frutos tropicais.

A irrigação (seja através de projetos públicos ou privados) se constitui numa atividade tecnicizada que possibilita transformações no processo produtivo (técnico e relações de trabalho), visto que o caráter das forças produtivas se desenvolve em dependência com as relações de produção, ao mesmo tempo em que, dialeticamente, estas últimas determinam o seu desenvolvimento, formando um todo, tendo com base o modo de produção capitalista.

Assim, para a produção agrícola é necessário, grosso modo, solo, ar, água e luz solar. Como nem sempre (considerando a heterogeneidade das regiões em termos físico, econômico e social) a natureza oferece todos esses elementos para a efetivação da produção, cabe ao homem interagir, no sentido de transformá-la, compreendendo esse processo dinâmico dentro de um conjunto de forças produtivas e relações de produção, englobando a produção, distribuição, circulação e consumo da riqueza.

Dessa forma, por não existir nas regiões semi-áridas o volume de água necessário à produção agrícola e o seu crescente processo de industrialização, apresenta-se como imprescindível suprir de água a agricultura através da irrigação. Esse sistema de irrigação, ao que se pode notar, constitui-se num processo antigo³) embora a sua forma modernizante seja atualmente diferenciada.

A rigor, se comparada à agricultura de sequeiro, a agricultura irrigada pode claramente ter maior viabilidade no processo de produção, visto que: 1) *“Há possibilidade de suprir artificialmente o solo da umidade necessária ao desenvolvimento das plantas, ou seja, pela independência adquirida frente aos regimes pluviais”*; 2) *“a existência de uma crescente centralização da produção, pelo seu caráter de exploração intensiva, passando a ser organizada em bases tecnológicas mais avançadas”* (Gomes da Silva, 1992:52).

Isso posto, é notória tendência desse tipo de agricultura vir acompanhada de modificações no contexto econômico e social, vez que se

³ "Na Índia cultiva-se o arroz irrigado há milhares de anos, da mesma forma que as planícies entre os rios Tigre e Eufrates são objetos de irrigação igualmente a milénios " (Ablas, 1989:117). Obviamente que não nos mesmos moldes da atualidade. No Brasil, essa atividade teve início no princípio do século especificamente no Rio Grande do Sul (arroz) e posteriormente em Santa Catarina. No nordeste, a partir da década de 60, época no qual o Estado cria políticas de irrigação como forma de intervenção governamental, via investimentos públicos (Souza, 1989:137)

encontra sob a égide do capital e na perspectiva "modernizante" de reproduzi-lo, envolvendo transformações que englobam o capital e o trabalho.

Tais transformações estão presentes no desenvolvimento capitalista e na busca de alternativas mais exequíveis à industrialização da agricultura (como setor integrado ao capital). Os projetos de irrigação podem ser apontados como uma estratégia para dinamizar esse processo.

Segundo Ablas (1989: 118) de uma forma geral, os programas de irrigação possuem os seguintes objetivos:

- 1) Aumento da produção de alimentos e matérias-primas industriais;
- 2) Redução dos riscos climáticos na frustração de safras;
- 3) Aumento das oportunidades de emprego e melhora nas condições de trabalho nas zonas rurais.

Saber se esses objetivos foram alcançados no pólo agroindustrial do Açu é um pressuposto a ser questionado após as investigações empíricas. O que, grosso modo, pode se observar é que houve aumento considerável na produção de frutos tropicais na área irrigada. No entanto, há que se verificar a importância dessa produção na economia do RN.

A finalidade do projeto Baixo-Açu parece mais ter sido ofertar disponibilidade da infra-estrutura (*"Água a custo baixo e em condições de ser usada pelos agentes privados"*) (Pinto, 1989:127) para o estabelecimento de grandes empreendimentos (empresas agropecuárias) que vieram inclusive de outras regiões do país, como também adquiriram propriedades por valores irrisórios, além do apoio creditício-financeiro do Estado. Dessa forma, não se pode desvincular a presença das empresas agropecuárias estabelecidas na região pela iniciativa privada da esfera pública, pois o projeto serviu de sustentáculo e incentivo a instalação dessas empresas na região, embora a iniciativa do poder público nesse caso seja parcial, já que *este "fez a infra-estrutura de armazenamento de água, mais não levou a frente o projeto de sua utilização em termos diretos"* (Pinto, 1989:128). Ainda assim, o projeto possibilitou a instalação das empresas agropecuárias que passaram a adotar nesse tipo de agricultura irrigada uma considerável diversificação da divisão do trabalho, resultado da mecanização do processo produtivo, que requer cada vez mais tecnologia avançada.

Os sistemas de irrigação adotados na agricultura podem ser (Silveira, 1988, In: Gomes da Silva, 1992:61) de dois tipos: irrigação por gravidade e irrigação sob pressão. O sistema de irrigação por gravidade

"engloba o método de irrigação por superfície e no segundo estão incluídos todos os sistemas que compõem os métodos de aspersão e por gotejamento".

Ambos "apresentam-se como alternativas tecnológicas adaptáveis às condições específicas de formas de exploração agrícola. Eles contém em comum a possibilidade de reduzirem os déficits hídricos referentes às diversas situações de comportamento da natureza" (Gomes da Silva, 1989:59).

O sistema de irrigação adotado atualmente pelas empresas agropecuárias requer cada vez menos mão-de-obra, no sentido de que, ao mecanizarem-se os aparelhos de irrigação, necessita-se de menos trabalhadores para controlar as etapas do processo de produção.

No entanto, o grande salto no que diz respeito ao avanço da agricultura irrigada em termos de tecnologia é a inserção da automatização no processo produtivo. A adoção de computadores nesse setor possibilita programar a quantidade de água de que cada planta precisa, contribuindo para aumentar a produtividade, diminuir custos de produção a médio prazo (a curto prazo, há os custos de implementação que são altos e incidem sobre os preços dos produtos) e reduzir emprego (ou quase nenhum) de capital variável.

No Brasil, esse sistema de automatização da agricultura irrigada, se comparado a países de primeiro mundo, como os EUA, ainda não é tão difundido vez que começou na década de 80. Devido aos seus elevados *custos* "*(um controlador informatizado custa de 7 a 15 mil dólares), o que corresponde a cerca de 7% do valor de um sistema de irrigação*" (Correio Popular Rural, 1991: 4, In: Gomes da Silva, 1989:69) e quem o utiliza atualmente são as grandes empresas que detêm grande volume de capital.

Mas, considerando que os "comandos informatizados" são uma realidade em todos os setores da produção - e a agricultura não se constitui uma exceção, muito pelo contrário; observa-se cada vez maior integração desse setor ao conjunto produtivo. Assim, averiguar-se-á qual a tendência do espaço pesquisado, no que diz respeito a adoção dessa tecnologia informatizada na produção de frutos tropicais com agricultura irrigada, tendo em vista que o uso da informática na agricultura irrigada permite controlar as fases do desenvolvimento da produção nesse setor, dando ênfase a uma nova fase do processo da industrialização da agricultura, que, inserido na dinâmica do capital, contribui para um aumento da sua composição orgânica⁴) vez que

⁴ Por composição orgânica do capital entende-se, segundo Marx, C/V , onde C representa os elementos do capital constante, seja máquinas e equipamentos (capital fixo) e V é o capital variável, seja, a força de trabalho empregada para por em movimento uma massa sempre crescente de meios de produção. No desenvolvimento capitalismo há um crescente avanço das forças produtivas, o que eleva o volume de capital constante e conseqüente

aumenta o volume de capital constante e diminui o variável e traz com esse desenvolvimento das forças produtivas alterações nas relações de trabalho e no processo técnico de produção.

Portanto, percebe-se que ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento técnico-científico eleva o domínio do homem sobre a natureza o exclui do processo de trabalho. Contradições do capitalismo, em que simultaneamente "moderniza" as relações de produção e as conduzem sob a subordinação do capital, excluindo ao máximo a participação direta do homem no processo produtivo.

Essa, no entanto, parece ser a tendência do capitalismo: mecanizar, automatizar, enfim, desenvolver cada vez mais os elementos do capital constante, mediante uma relação crescente e direta entre atividade produtiva e criação do conhecimento técnico-científico, resultando no desenvolvimento da própria sociedade capitalista e seu processo de reprodução do capital em todos os setores da produção da riqueza, e no caso específico, a agricultura.

da composição orgânica de capital, fazendo cair a taxa de lucro. No entanto, essa mesma causa que provoca a queda da taxa de lucro, apresenta elementos que retarda essa lei. O desenvolvimento das forças produtivas aumenta o capital constante em relação ao variável, mas diminui o valor dos elementos do capital constante, ou seja, o volume material aumenta numa proporção maior do que seu valor.

2.3. Alterações no processo de trabalho da agricultura irrigada

A dinâmica evolutiva do setor agrícola está intimamente ligada ao processo de industrialização brasileiro e ao avanço de técnicas da agricultura irrigada, em particular, por estar inserido nesse contexto, também se move de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas⁵ no modo de produção capitalista.

Considerando-se a agricultura enquanto setor integrado à dinâmica do capital, percebem-se as transformações (conforme discutido no tópico 2.1) pelas quais passou esse setor desde o início do processo da industrialização brasileira até nossos dias. Pode-se afirmar que o setor que *se "moderniza, industrializa e forma CAIs"* experimenta mudanças principalmente a partir da década de 40 e durante todos esses anos, particularmente pós 65, quando a industrialização da agricultura mecaniza o processo produtivo e internaliza o

⁵ Por forças produtivas compreende-se os instrumentos de trabalho, objetos de trabalho (os quais constituem a base material e técnica da sociedade), apropriados pelo homem objetivando ampliar constantemente a produção, tendendo a avançarem consideravelmente, resultando em modificações nas relações de produção e no modo de produção.

D1 (Departamento de bens de capital), passando a produzir internamente através da implantação da indústria de base o que antes era importado.

Tais mudanças no setor agrícola como um todo, impulsionam a adoção de inovações tecnológicas ao processo de trabalho⁶), particularmente na agricultura irrigada, experimentando mudanças qualitativas em relação às técnicas de irrigação, vez que "*a gênese da agricultura moderna coincide com o desenvolvimento do sistema de irrigação sob pressão, que engloba os métodos de aspersão e gotejamento*", (Gomes da Silva, 1992:66) introduzidos no Brasil. O primeiro método, aspersão, no pós-guerra e o segundo, gotejamento, no início dos anos setenta. A mecanização dos aparelhos de irrigação, na técnica do gotejamento (esta se constitui numa técnica mais moderna) surgiu basicamente quando a indústria metal-mecânica se desenvolveu no Brasil.

Esse sistema sob pressão permite superar as limitações do método utilizado anteriormente na irrigação (sistema por gravidade que engloba o método por superfície), pois dimensiona os intervalos de distribuição de água, define vazão (mm/hora) de acordo com a necessidade da planta, ciclo da

⁶Neste modo de produção o processo de trabalho está diretamente ligado e sob a égide do avanço das forças produtivas, numa relação dialética, modificando-se de acordo com o emprego de técnicas avançadas na produção agrícola ao mesmo tempo em que impulsiona a criação de novas técnicas, alterando a composição orgânica do capital.

cultura e capacidade de armazenamento do solo (Gomes da Silva, 1992:67). Ele tem manejo operacional mais acessível e necessita de um mínimo de mão-de-obra para operá-lo.

A mecanização implementada na agricultura irrigada, a qual transforma o processo de trabalho, avança significativamente quando da introdução do autopropelido na década de 70. Segundo Gomes da Silva (1992:67) citando Martins (1990: 132), o autropelido representou a efetiva mecanização dos aparelhos de irrigação por apresentar, em relação aos sistemas de aspersão convencional, um salto tecnológico, *vista "ser um aparelho mecanizado, semi-automatizado que requer muito menos mão-de-obra"*.

Mas é efetivamente nos anos 80 que se consubstanciam as transformações técnicas na irrigação sob pressão conseqüentemente no processo de trabalho, com a introdução de equipamentos de pivô central, o qual *"se constitui num aparelho mecanizado, totalmente automatizado, capaz de irrigar grandes áreas, com exigências mínimas de mão-de-obra"* (Gomes da Silva, 1992:68).

No entanto, como o desenvolvimento tecnológico (avanço das forças produtivas) no modo de produção capitalista é uma constante, a maior descoberta em relação à agricultura irrigada no que diz respeito a técnicas avançadas e que permite um controle direto sobre o processo de trabalho é o uso de "comandos informatizados" em sistemas de irrigação, processo gestado na década de 80 e que vem sendo paulatinamente implantado em grandes empresas e algumas regiões do país.

Observando esse processo evolutivo, pode-se aventar que o processo de trabalho vem se modificando em consonância com o desenvolvimento e adoção de técnicas produtivas na agricultura irrigada. Se num primeiro momento (antes da internalização do D1) esse processo ainda não se encontra totalmente subordinado ao capital, num segundo está sob o seu controle direto, pois já é "tecnicamente moderno", sob a égide capitalista de produção e, se comparado à agricultura de sequeiro, constitui-se numa atividade que utiliza técnicas de produção bem mais avançadas.

Essas técnicas são implementadas com o propósito de aumentar a produtividade do trabalho em todas as etapas do processo produtivo e implica uma maior divisão do trabalho, vez que o processo de industrialização da

agricultura exige cada vez mais a divisão e especialização de tarefas no processo de trabalho.

Dessa forma, aumenta a exigência de trabalho qualificado (são necessários funcionários especializados que saibam manejar as máquinas) e resulta no emprego relativo de menor quantidade de mão-de-obra nesse setor, visto que intensifica a produtividade.

Assim, pode-se perceber que a agricultura irrigada, considerada nos moldes capitalista, utiliza intensivamente terra e capital e apresenta tendência a ser cada vez mais poupadora de mão-de-obra, pois como afirma Marx (1987:712) *"não se alterando a composição do capital, a procura da força de trabalho aumenta com a acumulação"*. Acontece exatamente o contrário se ocorrer um aumento do capital constante, via incremento de tecnologia.

3. IMPACTOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA IRRIGADA (FRUTAS TROPICAIS) DO PÓLO AGROINDUSTRIAL AÇU NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Entendendo-se o processo dinâmico e evolutivo da agricultura e especificamente a agricultura irrigada inseridas no contexto capitalista de produção, analisar-se-á os impactos da produção agrícola (da década de 80 em diante) na economia do Rio Grande do Norte, após a implantação das empresas agropecuárias nessa região. Essas empresas formam o pólo agroindustrial de Açú/RN.

Assim, caracterizar-se-á o universo pesquisado e analisar-se-á os dados coletados das empresas em estudo: Maísa, Fazenda S.João, Viva Agroindustrial , Finobrasa e Frunorte⁽¹⁾.

¹ Ressalta-se que existe uma outra empresa, a Agronoll, que foi a primeira a se instalar no vale do Açú, em 1971. A mesma teve problemas de ordem financeira, mudando o nome para Frutsa. Tem uma área irrigada de 500ha, adotando o sistema de irrigação sob pressão (gotejamento/aspersão), produz uva, limão, banana, acerola, melão, melancia e goiaba e todos os seus trabalhadores são assalariados. A diretoria da empresa se recusou a dar entrevista, impossibilitando incluí-la na análise do universo pesquisado, o que se supõe não prejudicar os resultados da pesquisa.

3.1. Características do universo pesquisado.

O território brasileiro, mesmo apresentando variações climáticas e diferentes tipos de solo e possuindo uma produção agrícola muito diversificada, ocupa o primeiro lugar "*no ranking dos produtores de frutas in natura*" (FrupeX, 1994:09), destinando 1% da sua produção de frutas frescas para o exterior, sendo o vigésimo entre os países exportadores de frutas no mundo.

A região Nordeste destaca-se como produtora de grande volume de frutos tropicais, dentre eles: abacaxi, banana, goiaba, laranja, mamão, manga, maracujá e melão, e, especificamente, o estado do RN pela produção de manga, acerola, uva, e principalmente melão, cuja produção responde por 70% do volume total produzido no Brasil (FrupeX, 1994:21).

A presente pesquisa adotou como universo para a realização do estudo a área de produção irrigada de frutas tropicais das empresas⁽²⁾ Maísa, Fazenda S.João, Viva Agroindustrial, Finobrasa e Frunorte (no período 1983 a 1994) situadas em Mossoró e Vale do Açu (RN), espaço geográfico

² A escolha deu-se em função destas empresas possuírem uma área irrigada superior a 300 ha, sendo, portanto, as maiores empresas do Pólo Agroindustrial do Açu e utilizarem técnicas de irrigação avançada, além de observar-se que as mesmas exportam grande parte da sua produção para outros países

considerado como parte do polo agroindustrial do Açu/RN⁽³⁾, posto que este abrange as cidades de Mossoró, Açu, Ipanguaçu, Carnaubais e Governador Dix-Sept Rosado, todas localizadas neste estado.

O Pólo Agroindustrial do Açu tem uma área de 7.380 km² e é marcado pela divisa com o Ceará pela Chapada de Apodi, sendo banhado pelos rios Açu e Apodi.

Segundo o documento Estudos sobre a Agroindústria do Nordeste (1992:04) estima-se que em 1990 essa região tinha uma população de 294.000 pessoas, das quais, 41% economicamente ativa. Desse percentual, 55% estavam ligadas aos serviços, 29% à indústria e 16% à agricultura. Não existem dados coletados que permitam estimar esses percentuais atualmente .

Das cidades que formam o pólo, o município de Mossoró é o mais urbanizado e concentra quase 70% da sua população, seguindo-se da cidade de Açu. As empresas agropecuárias concentram-se também nessas duas cidades.

"Em 1985, existiam na região do pólo, 482 mil hectares de terras recenseadas pelo IBGE, distribuídos em 8.440 estabelecimentos

³ Os critérios adotados para caracterização do Pólo Agroindustrial do Açu-RN encontraram-se no estudo feito pelo BNB- "Estudos sobre a-agroindustria do NE- caracterização e hierarquização de pólos agroindustriais".

agropecuários. (...) no entanto, as culturas de interesse específico dos ramos agroindustriais selecionados no pólo de Açu ocupavam 37 mil ha em 1986" (BNB, 1992:25/26).

Toda a área irrigada do pólo pertence a iniciativa privada, embora utilizando a infraestrutura bancada pelo Estado, após a implementação do projeto Baixo - Açu/RN. Observa-se que a iniciativa privada instalada na região do vale do Açu e Mossoró, ou Pólo Agroindustrial do Açu, tem diferenciações quanto à adequação de técnicas na agricultura irrigada, diferença no tamanho de área cultivada e diferentes frutos, predominando o melão.

Em relação ao primeiro aspecto, as empresas em estudo utilizam-se da agricultura irrigada por aspersão e gotejamento e quanto à área cultivada todas elas possuem acima de 300ha em área irrigada.

As empresas desenvolvem uma produção e comercialização consideradas significativas no tocante ao setor primário e terciário. A maioria comercializa os frutos "in natura", exceção da Maísa que industrializa parte de sua produção e, portanto, é considerada uma empresa agroindustrial. Todas as empresas utilizam tecnologias sofisticadas, estimando-se que investem em média um volume de capital de 400 mil dólares anuais, ressaltando-se o apoio

do Estado nesse processo de inversão de capital através da concessão de financiamentos via SUDENE e BNB.

Essas empresas produzem basicamente para exportação e comércio interestadual, tendo o incentivo do Estado, não só através de financiamentos da produção como também da isenção de ICMS (desde 1991, por tempo indeterminado).

Mas, para compreender a dinâmica do processo de produção dessas empresas agropecuárias, faz-se necessário resgatar inicialmente os aspectos históricos do processo produtivo dessa agricultura, apontando onde a produção está inserida, o que permitirá uma posterior análise das possíveis transformações econômicas e sociais quando da implantação das empresas agropecuárias no pólo agroindustrial do Açu-RN. Particularmente, essas transformações ocorreram em Açu e Mossoró após a instalação da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e da Empresa Maísa, respectivamente.

Ressalta-se que a agricultura deve ser entendida não como um setor "funcionalmente" ligado aos demais setores da economia, mas integrado à dinâmica do capital, visto que a relação existente entre os setores primário e secundário (e terciário) adquire várias nuances, ocorrendo formas diferenciadas

de produção, integração e transformação dos produtos agropecuários, de acordo com os interesses da lógica de acumulação do capital.

Assim, entendendo-se a realidade capitalista como uma totalidade permeada de relações antagônicas e na qual coexistem, embora com interesses opostos, o capital e o trabalho, além de que esse contexto é constantemente transformado, buscar-se-á resgatar o processo inicial da implementação do projeto Baixo-Açu (e construção da barragem) para, posteriormente, entender as possíveis mudanças processuais ocorridas, considerando-se o modo de produção capitalista e suas contradições.

O projeto Baixo Açu foi idealizado pelo antigo IFOCS (Inspetoria de Obras Contra a Seca) no final da década de 30, visando encontrar uma solução para o disciplinamento do Rio Açu (entre as cidades de Açu e Pendências-RN), vez que este rio em épocas de cheias chegava a inundar povoados. Buscava-se pois *"encontrar um local adequado para uma acumulação d'água que possibilitasse um programa mais intensivo de irrigação"* (Fernandes, 1992:43). Após alguns anos, ou seja, final da década de 60 e início de 70, o projeto foi discutido pela SUDENE e posteriormente pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a Seca) que a partir de estudos de viabilidade técnico-econômica encomendado por esse órgão,

elabora e implementa-o, tendo como principal fonte hídrica a barragem Armando Ribeiro Gonçalves, construída no local anteriormente denominado Oiticica II (Gomes da Silva, 1992:23).

Inicialmente, a proposta era de abranger uma área de 22 mil hectares e os municípios de Macau, Pendências, Alto Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Açu, São Rafael e Jurucutu. Numa primeira etapa (até 1979), irrigar-se-ia uma área bruta de 9.000ha, à margem direita do rio Açu, correspondendo tal área a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o que *"possibilitaria o assentamento de mil empresas familiares, 3.500 empregos diretos e 1.450 indiretos, com uma produção prevista de arroz, amendoim, trigo, tomate, cebola, banana, uva, maracujá e forrageiras"* (A República, 21.10.75, In: Fernandes, 1992:18).

A construção da barragem teria capacidade para acumular uma estimativa de 2,4 milhões de m³ d'água e um prazo de execução de 3 anos, tendo caráter misto, pois ao mesmo tempo em que objetivava promover a irrigação (fornecendo 500 milhões de m³ de água para irrigação) também visava promover o assentamento de colonos, através de desapropriação de uma área declarada pelo DNOCS de utilidade pública e de interesse nacional (segundo o decreto no.76046 de 29 de julho de 1975, uma área de 158.476,84

ha aproximadamente) (Fernandes, 1992:48). Esse aspecto provocou discussão e resistência dos moradores que seriam desapropriados e resultou na visita a área do projeto em Açu do então ministro do interior, Rangel Reis, em outubro de 1975. Na época, houve protesto dos desapropriados e de autoridades locais que questionaram a sua viabilidade, argumentando que *"o custo do projeto não justifica os seus benefícios, pois a barragem a ser construída não disciplinará em termos definitivos o rio Açu"* (Fernandes, 1992:50).

Segundo Gomes da Silva (1992:24), citando Tereza Aranha, o projeto Baixo-Açu foi concebido como um conjunto de três fases distintas, porém imbricadas e simultâneas, assim distribuídas:

- 1) Construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no leito do Rio Piranhas-Açu;
- 2) A montante da Barragem, na bacia de inundação, o assentamento da população remanescente da ação desapropriatória das terras inundadas que, como forma de sobrevivência, seria beneficiada com a implantação do Pólo Pesqueiro;

3) A terceira fase constaria da instalação na bacia de irrigação a jusante da Barragem, do projeto de assentamento de irrigantes numa área de 22 mil ha, em áreas aluvionais.

A implementação do projeto deu-se de forma bastante morosa tendo em vista que a construção da primeira etapa só veio ter início em fevereiro de 1979 e concluída em maio de 1983. *"As demais etapas, inclusive o perímetro irrigado, após terem sido alvo de constantes ações de recuos e de desinformações pelos órgãos oficiais, parece que caíram no esquecimento"*. (Gomes da Silva, 1992:24).

Isso se constitui num paradoxo se confrontado com a proposta do DNOCS, pois no que consta no relatório do I Simpósio de Desenvolvimento do Vale do Açu, onde o projeto foi discutido e avaliado pelos engenheiros e técnicos do DNOCS, em 17 de Janeiro de 1977, é o seguinte: *"segundo os técnicos do DNOCS, o projeto visa unicamente ao desenvolvimento da região, sem olhar para os interesses particulares contrariados, pois a colonização no Baixo-Açu que deverá ser implementada em toda sua plenitude dentro de mais seis ou oito anos, mudará radicalmente a estrutura atual do vale, beneficiando indiretamente mais de dez mil pessoas. Quando o projeto estiver*

mundo, investem milhares de dólares" (O Poti, 03.05.87, In Fernandes, 1992:70).

Após a construção da Barragem e a instalação das empresas agropecuárias (particularmente de 1983 até os dias atuais) a tendência foi a crescente inversão de capital destas na produção de frutos tropicais (agricultura irrigada), posto que, no pólo uma das principais atividades econômicas é no setor agrícola, embora precise ser compreendido num processo de inter-relação com os demais setores.

Tal inversão de capital, por parte das grandes empresas privadas, vislumbra a perspectiva de reproduzir o capital em larga escala e a partir daí é que se dá a difusão progressiva da agricultura irrigada tecnicamente avançada no Pólo Agroindustrial de Açu, concentrando-se nos dois municípios que apresentaram o maior potencial de irrigação do Pólo: Açu e Mossoró, consolidando-se particularmente após 1985.

Considerando-se que a produção de frutos tropicais norteou o volume de investimentos empresariais, possibilitando a penetração de um padrão tecnológico mais avançado na organização e diversificação da produção de culturas tais como melão, melancia, uva, acerola, manga, visando atender a

comercialização interna e principalmente a externa, pode-se partir da hipótese que tal produção trouxe impactos econômicos ao estado e enquanto atividade econômica tem determinada importância nesse contexto.

Desde 1991 que o estado do RN liberou o ICMS dos frutos tropicais, alegando que isso se reverteria em benefícios sociais (como aumento do número de empregos) e também contribuiria para o desenvolvimento desse setor, em termos de inversão de capital nessa atividade por parte das empresas.

Em relação a esse último aspecto parece não haver dúvida. A produção aumentou significativamente. No entanto, em relação à liberação de ICMS, o que ocorreu foi uma apropriação pelo capital privado de uma parte da receita do Estado, que poderia ter sido investida em projetos sociais, sendo essa hipótese que se pretende comprovar.

Assim, apesar dos "supostos benefícios" para o estado do RN quando da instalação do projeto e criação do pólo agroindustrial do Açu, a proposta é averiguar essa importância econômica (e social) no tocante à produção, à geração de receita e empregos, posto que em relação a produção grande percentual dos frutos (em algumas empresas até 90%) são exportados, além da isenção de impostos (ICMS) no que se refere a essa cultura.

Outrossim, é necessário não perder de vista que tais transformações (econômicas e sociais) ocorreram no contexto capitalista e como tal predominam os interesses da reprodução do capital, o que não significa que eclipse por inteiro sua importância em termos econômicos no estado do Rio Grande do Norte.

3.2. As Empresas produtoras de frutos tropicais

O período em estudo (a partir dos anos 80 até 1994) se caracteriza pela instalação das empresas agropecuárias no pólo agroindustrial do Açu, as quais passaram a produzir frutos tropicais para comercializar internamente no País como também para exportar.

Das empresas em análise (Maísa, Frunorte, Faz.S.João, Viva Agroindustrial e Finobrasa), com exceção da Maísa, que é uma empresa agroindustrial, todas produzem e comercializam frutos frescos "in natura". Após produzir os frutos, utilizando-se da agricultura irrigada, *"os aspectos da*

fase da colheita e pós-colheita são os seguintes: determinação do ponto de colheita, procedimento de colheita, roteiro para o preparo e tratamento dos frutos para os principais mercados nacionais e mundiais, descrição de tratamentos fitossanitários e de tratamentos especiais ou complementares, seleção, classificação, tratamento de proteção dos frutos, amadurecimento, pré-resfriamento, embalagem e conservação em armazenagem refrigerada” (FrupeX, 1994: 21).

3.2.1. MAÍSA

Considerando o Pólo Agroindustrial, a primeira empresa a se instalar foi a Maísa, em 1968, na cidade de Mossoró, que tinha como objetivo produzir frutos tropicais através da agricultura irrigada, inicialmente no RN, expandindo-se e atualmente possuindo filiais no Ceará. Tem uma extensão de 35 mil hectares de área, das quais 3.200ha são irrigados⁽⁴⁾, assim distribuídos: 2.600ha de melão (de vários tipos, a saber: cantalupe, casaba, gália, honey

⁴ A Maísa possui poços artesianos de 600 a 800 metros de profundidade na Chapada do Apodi, de onde sai a água para irrigar suas plantações de frutas tropicais.

dew, orange, piel de sapo, tendial e valenciano), 400ha de acerola, 140ha de manga e 60ha de uva, além de 12.000ha com caju, que apesar de produzir um volume significativo de castanha e ter grande importância na economia do estado (RN), não é objeto de estudo desse trabalho, vez que o mesmo se propõe a estudar somente a produção agrícola irrigada.

A maior extensão de terra irrigada na Maísa é destinada a produção de melão, conforme dados supra citados. Este fruto é o carro chefe da empresa, como na maioria das demais estudadas, exceto na Finobrasa, que é a manga.

Segundo informações coletadas na empresa, inicialmente, a área irrigada se destinava a produzir somente melão com a técnica tradicional do xiquexique. Mas, em 1982/83, a mesma "decidiu" abandonar a monocultura e procurar outras alternativas em termos de mercado consumidor e diversificação de culturas. Assim, em 1982 passou a exportar melão para a Inglaterra, Holanda, EUA, Argentina, Itália e Alemanha, além de diversificar a produção em 1983, quando iniciou a produção de uva (mercado interno) e, em 1985, a manga, a princípio para o mercado interno e posteriormente, em 1988, para exportação. Depois acerola, em 1988, para o mercado interno, mas já em 1989 passaria a exportar 37,2T desse fruto (vide Tabelas I e II).

TABELA I

**MAISA - PRODUÇÃO ANUAL DE FRUTAS TROPICAIS (EM T) DE 1983 A 1994
MERCADO INTERNO**

ANO	MELÃO	ACEROLA	MANGA	UVA
1983	8.862,0	-	-	1,2
1984	7.222,0	-	-	1,6
1985	4.285,0	-	1,0	0,9
1986	5.854,0	-	1,2	0,6
1987	13.129,8	-	10,9	0,4
1988	14.742,0	2,7	43,3	1,0
1989	15.792,5	5,7	104,1	0,7
1990	25.231,3	17,8	57,8	12,6
1991	28.134,0	213,8	11,6	23,4
1992	32.978,3	1.203,5	64,6	120,7
1993	39.889,0	1.823,0	27,0	178,0
1994	39.157,7	1.673,6	18,8	70,9
TOTAL	235.277,6	4.940,1	340,3	412,0

FONTE: Dados fornecidos pela MAISA

Com tais alterações de mercado e diversificação da produção, houve mudanças no processo produtivo. A empresa passou a adotar a técnica de irrigação por gotejamento e aspersão (semi-automático), visto ser essa técnica de fácil manutenção, apresentando maior eficiência quanto à produtividade.

A Maísa, além de acompanhar a evolução tecnológica (investe em tecnologia uma média de 400 mil dólares anuais), investe a cada ano em novas áreas, usa adubação orgânica, química e defensivos, os quais, segundo o

entrevistado, da forma mais racional possível, para evitar problemas de resíduos que poderiam incidir sobre a saúde dos consumidores.

A mão-de-obra da empresa é especializada. Ao serem admitidos, os trabalhadores passam por um treinamento específico patrocinado pela própria empresa, visando aumentar eficiência e produtividade e consequentemente possibilitar maiores lucros.

Emprega atualmente (1994) uma média anual de 4.500 trabalhadores (empregos diretos), todos assalariados. Grande parte são trabalhadores rurais e percebem um salário mínimo +8% deste⁽⁵⁾. O predomínio dessa mão-de-obra é de moradores da Agrovila, uma vila dentro (e de propriedade) da própria Maísa, constituído, em média de 6.000 pessoas, incluindo trabalhadores e suas famílias. O restante vem principalmente das regiões circunvizinhas, como Baraúnas e Aroeiras. Não se tem informação quanto ao fato dos trabalhadores serem sindicalizados ou não. Não há dados do percentual de trabalhadores rurais, somente foi afirmado que é a maioria.

(5) Segundo informações do Sindicato da Lavoura de Mossoró, o acordo coletivo firmado entre as partes (trabalhadores rurais e empresas) não permite que seja pago salário inferior a um salário mínimo +8% deste. Pode ser que em meses de pico das safras de frutas tropicais, normalmente de setembro a janeiro, as empresas produtoras paguem um pequeno percentual por produtividade (o informante não sabe quanto), o que não é significativo, considerando-se, portanto, como salário base o supracitado.

Quanto ao volume de produção, incluindo melão, manga, uva e acerola, o total comercializado no mercado interno de 1983 a 1994 foi de 240.970 t, com predomínio absoluto do melão, com 235.277,6 t, conforme Tabela I, enquanto o volume total exportado durante esses anos foi de 113.858t, sendo que 112.361,9 t foi de melão (98,68%), e o restante, acerola, com 811,8 t, e manga com 684,3 t (Tabela II).

TABELA II

**MAISA - PRODUÇÃO ANUAL DE FRUTAS TROPICAIS (EM T) DE 1983 A 1994
MERCADO EXTERNO**

ANO	MELÃO	ACEROLA	MANGA
1983	220,0	--	--
1984	2.835,0	--	--
1985	5.854,0	--	--
1986	3.848,3	--	--
1987	2.435,6	--	--
1988	3.985,7	--	1,2
1989	8.327,0	37,2	1,6
1990	12.444,3	60,4	31,3
1991	16.419,4	641,3	61,1
1992	20.717,9	41,9	174,6
1993	16.318,0	2,0	134,0
1994	18.956,7	29,0	280,5
TOTAL	112.361,9	811,8	684,3

FONTE: Dados fornecidos pela MAISA

Em relação ao comportamento dos mercados interno e externo, percebe-se que, segundo as Tabelas I e II, a tendência é crescente em relação ao volume de produção total.

No período 1983/88 a produção, principalmente de melão, apresenta-se voltada para o mercado interno com oscilações, a mais acentuada em 1985, ano em que se comparados os volumes de exportação nota-se um incremento nessa última, justificando-se em função do mercado externo apresentar preços favoráveis, dispensando-se, assim, um volume maior de toneladas para exportar do que para comercializar internamente.

No entanto, a partir de 1989 muda a tendência do mercado, voltando-se relativamente para o mercado externo, considerando-se o crescimento da demanda no exterior por frutas tropicais, observando-se que, a partir desse ano, cresce consideravelmente a participação do mercado externo nessa empresa.

No que diz respeito às demais frutas, consideradas de menor importância econômica para essa empresa, visto ser o carro-chefe o melão, observa-se que a Maísa passou a produzir acerola em 1988 e no primeiro ano foi somente para o mercado interno. Em 1989 começou a exportar,

apresentando tendência crescente até 1991, havendo redirecionamento para o mercado interno após esse ano, seja em 1992, aumentando de 213,8 t (1991) para 1.203,5 t (1992), supondo-se que o aquecimento da comercialização interna ocorreu devido ao reflexo da propagação/divulgação das propriedades naturais dessa fruta, como o alto teor de vitamina C.

Com relação à manga, a produção começou em 1985 e somente iniciando-se a exportação em 1988. Pela Tabela II, referente ao mercado externo, verifica-se que cresceu o volume de toneladas exportadas, denotando-se que esse mercado se apresenta favorável e, segundo o informante, os motivos alegados são aumento da demanda e preços compensatórios. Quanto ao mercado interno, apesar das oscilações, a produção/comercialização da manga se apresenta crescente, particularmente em 1992, pois a partir desse ano a tendência foi a comercialização voltar-se para o mercado externo, pelos motivos já apresentados.

A uva somente é produzida para o mercado interno e a produção era mínima até o ano de 1989. A partir de 1990, há um crescimento substancial, passando de 0,7 t (em 1989) para 12,6 t (em 1990) e daí continuou crescendo, sendo justificando tal fato em função das potencialidades do mercado consumidor, principalmente a região Nordeste.

A empresa exporta basicamente pelo porto de Natal (90% do volume) e somente 10% da produção por Cabedelo (PB) e Fortaleza (CE). Isto é justificado pelos custos mais reduzidos devido à menor distância, além do porto de Natal possuir, segundo o informante, infra-estrutura relativamente melhor que os demais portos (embora todas as empresas se queixem da falta desta).

Das empresas em estudo, a Maísa é a única que além do volume produzido e comercializado interna e externamente, in natura, também industrializa a produção (sucos, doces, polpas etc.). Ressalta-se que a produção apresentada nas Tabelas I e II é apenas a comercializada in natura. A empresa não forneceu o percentual que industrializa, no entanto, sabe-se que a mesma além de industrializar parte de sua produção, também o faz com outras frutas que compra de terceiros, como cajá, graviola etc.

O faturamento líquido da empresa via comercialização interna e externa in natura (⁶), de acordo com a Tabela III, mostra que a Maísa comercializa um grande volume de produção dentro do País, pois se compararmos os valores veremos que no período de 1983 a 1994, o

⁶ Os valores apresentados na Tabela III da Maísa foram transformados em US\$ pelo valor unitário do faturamento líquido em 1994, expressando, pois, valores a preços de 1994.

faturamento interno foi de US\$ 116.913.199,19, enquanto que o externo, no mesmo período, foi de US\$ 37.567.026,57. Percebe-se que o mercado interno se apresenta ano a ano consideravelmente maior, chegando em 1994 a US\$ 20.145.054,92 contra US\$ 6.277.929,22 em relação às exportações.

TABELA III

MAÍSA - FATURAMENTO LÍQUIDO (EM US\$ 1,00) POR TIPO DE MERCADO, DE 1983 A 1994

ANO	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO	TOTAL
1983	4.219.768,87	71.099,60	4.290.868,47
1984	3.424.802,50	916.215,30	4.341.017,80
1985	2.033.722,83	1.891.895,72	3.925.618,55
1986	2.777.483,06	1.243.693,59	4.021.176,65
1987	6.242.963,08	787.137,21	7.030.100,29
1988	7.066.735,34	1.288.598,07	8.355.333,41
1989	7.673.261,66	2.736.185,97	10.409.447,63
1990	12.088.781,23	4.106.868,85	16.195.650,08
1991	13.568.093,84	6.097.280,02	19.665.373,86
1992	16.928.852,73	6.818.303,16	23.747.155,89
1993	20.743.679,13	5.331.819,86	26.075.498,99
1994	20.145.054,92	6.277.929,22	26.422.984,14
TOTAL	116.913.199,19	37.567.026,57	154.480.225,76

FONTE: Dados fornecidos pela MAISA

Do faturamento interno, 3,5% é comercializado no estado do RN, 10,85% na região NE e 85,65% no restante do País, principalmente nos estados do sul e sudeste.

Embora a empresa não tenha informado o percentual, a maior parte do capital de investimento e custeio é próprio, sendo uma "pequena" parcela financiada pela SUDENE e BNB⁷). O Estado, segundo o informante, atua na produção, incentivando através de financiamentos de alguns projetos da Maísa (inclusive no Ceará) " *mas deveria apoiar mais*".

Quanto a esse aspecto da atuação do Estado enquanto agente econômico e social, ressalta-se que no teor das entrevistas feitas nas empresas fica evidente a aprovação de atuação do Estado de acordo com uma intervenção "neoliberal" mesclada ao caráter "desenvolvimentista", isto é, o Estado não deve intervir via controle de preços e/ou mercados, mas tão somente patrocinar "incentivos" através de empréstimos a juros baixos, subsídios, infra-estrutura (como estradas e portos) e liberação de impostos, enfim, "financiar" a iniciativa privada e ser agente ativo da concentração de riqueza.

Com relação a esse último item (liberação de impostos) o estado do RN, alegando como justificativa o incentivo ao aumento da produção de frutos tropicais, o que viria contribuir para o "desenvolvimento do Estado", liberou, em 1991 por tempo indeterminado, o ICMS sobre essa produção

⁷ Não é objetivo deste trabalho pesquisar o volume de financiamento feito pelo Estado às empresas via SUDENE e BNB.

agrícola a nível interno e externo. As alíquotas até então cobradas pelo Estado eram 13% sobre as exportações, 12% sobre as operações interestaduais e 17% sobre as operações dentro do próprio estado do RN.

Pode-se observar na Tabela III que o faturamento líquido da Maísa de 1991 a 1994, no mercado interno, a preços de 1994, foi de US\$ 71.385.680,62. Desse montante, segundo dados coletados, 3,5% foi comercializado no RN (US\$ 2.498.498,82) e 96,5% (US\$ 68.887.181,80), nos demais estados do País (10,85% no NE e 85,65% nas outras regiões). Assim sendo, o RN nesse período deixou de arrecadar de ICMS, em termos internos, US\$ 424.744,80 e da comercialização interestadual US\$ 8.266.461,82, perfazendo um total de US\$ 8.691.206,62.

Com relação ao mercado externo, o faturamento líquido foi de US\$ 24.525.332,26, no período de 1991 a 1994. Se fosse cobrado uma alíquota de 13% (alíquota anteriormente cobrada) teríamos US\$ 3.188.293,19. O somatório do ICMS interno, interestadual e externo que "poderia" ter sido arrecadado nesses anos (1991/1994) perfaz um montante de US\$ 11.879.499,81 que poderia ter ficado nos cofres públicos e ser revertido tanto em empregos diretos, quanto em educação e saúde, infraestrutura e segurança,

problemas notoriamente agravantes da crise econômica e social do estado (RN) e do País.

No entanto, o Estado alega - e as empresas endossam - que o caráter da isenção é incentivar o capital privado para produzir mais e conseqüentemente se reverter em benefícios sociais, como por exemplo dinamizar a economia através da oferta de mais empregos, além de impulsionar outros setores desta, posto que utiliza embalagens e outros serviços, pagando impostos sobre os mesmos.

Mas, considerado-se o vultoso montante que não foi arrecadado no período 1991/ 1994, percebe-se ser um volume significativo para um Estado como o RN, com uma receita tributária no mesmo período, considerando os três setores da economia de US\$ 534.388.237,94; representando, portanto, 2,22% do total que não foi arrecadado só desta empresa..

Dos dados analisados, percebe-se que a produção da Maísa cresceu, principalmente em termos de mercado interno, pois como já foi elucidado, quase triplicou a produção nos últimos 03 anos. Mas qual a contrapartida em termos econômicos e sociais para a sociedade? A empresa não fornece a média de empregos ofertada anualmente desde sua instalação,

mas somente a média anual atual que, segundo informações, é uma constante nos últimos três anos, seja, 4.500 empregos diretos. Assim, pode-se aventar que com produção e faturamento em alta, isso se reverteu em concentração privada do capital, posto que contribuiu para a reprodução deste.

3.2.2. FAZENDA SÃO JOÃO

A Fazenda S.João surgiu em 1979, inicialmente como uma fazenda de pessoas físicas e, em 1988, veio a se constituir numa empresa, passando a produzir em larga escala para comercializar em 1990.

Possuía, em 1994, uma área irrigada de 600ha com melão, 100ha de manga e 50ha de laranja, esses últimos (manga e laranja) em Ipanguaçu, perfazendo um total de 750ha irrigados. Em 1990 a área plantada e irrigada com melão era 275ha (conforme a tabela IV) chegando a 600ha em 1994.

TABELA IV

**FAZENDA SÃO JOÃO - ÁREA IRRIGADA PLANTADA COM MELÃO
DE 1990 A 1994**

ANO	1990	1991	1992	1993	1994
ÁREA PLANTADA (ha)	275	303	368	600	600

FONTE: Dados fornecidos pela FAZENDA SÃO JOÃO

Nos dois primeiros anos de produção, a técnica utilizada era xiquexique (artesanal). Mas, precisamente em 1992, a empresa "acompanhou" a evolução tecnológica proporcionada pelo capital, investindo uma média de 60 mil dólares anuais em técnicas produtivas (e 50 mil dólares em pesquisa) mudando o sistema de irrigação para gotejamento, que, segundo o informante, controla a vazão da água de forma mais racional, através de um programa de irrigação que faz os cálculos da vazão, sendo um sistema semi-automático.

Pelos dados, pode-se constatar que o melão é o carro chefe, mas, pelas dificuldades de sobreviver da monocultura, pretende-se diversificar a produção e atualmente já está sendo plantado mamão com previsão de safra em 1995. A empresa comprou uma fazenda em terras contíguas às suas e continuará o processo de diversificação plantando uva, maracujá e acerola .

As dificuldades da empresa se reproduzir enquanto produtora de monocultura (no caso melão) e necessidade de diversificação, segundo o

informante - dá se pelo fato de que as frutas são comercializadas " in natura " (a empresa não industrializa), são perecíveis e no mercado quem oferta um volume maior e diversificado do produto pode impor melhores preços, vender relativamente mais e conseqüentemente ter maiores lucros. Tem-se a idéia de que as empresas (as maiores) produtoras de frutas se constituem num oligopólio, no qual quem tem maior volume de capital e tecnologia pode impor preços e abocanhar mercados. Portanto, é preciso acompanhar essa dinâmica, sob pena de falir ou ser "engolido" pelo grande capital, num processo de centralização deste.

Além da diversificação, a inversão de capital em tecnologia também se dá no sentido da utilização de adubos e defensivos importados de Israel, tendo como preocupação básica, neste sentido, racionar o uso destes para não prejudicar a qualidade dos produtos.

Atualmente (1994), a Fazenda São João emprega mão-de-obra totalmente assalariada, em média 600 trabalhadores rurais; sendo os demais especializados, entre 12% e 15% desse montante. Esses trabalhadores vêm normalmente das regiões de Baraúnas, Janduís, Augusto Severo, Carnaúbas, Messias Margino e muito poucos de Mossoró . Segundo o informante todos são sindicalizados, têm carteira assinada, tendo "alguns" trabalhadores que moram

na própria fazenda, estes inclusive podem plantar produtos de subsistência. A empresa oferece aos trabalhadores rurais uma refeição diária constando de 300ml de leite, cuscuz, rapadura e água gelada, além de assistência médica para os especializados, não exigindo experiência de trabalho anterior para admitir qualquer trabalhador. O piso salarial dos trabalhadores do campo é de um salário mínimo +8% deste, não recebendo por produtividade, embora já exista um projeto sobre esta proposta de assalariamento.

A Empresa exporta desde 1990 para a Inglaterra, Holanda, Alemanha e Espanha pelos portos de Cabedelo (PB) e Natal (RN), neste último quase o volume total da produção comercializada externamente.

No tocante aos custos com produção e comercialização, os de embalagem e frete são semelhantes aos custos com a produção (da plantação à colheita), chegando algumas vezes a serem maiores, devido a embalagem(cx) ser bastante onerosa. Fato que contribui para os custos com a produção serem menores é a isenção de ICMS sobre esta.

O capital investido é próprio, além de parte financiada pelo Estado através do Banco do Nordeste (FNE) e, segundo o informante, esta instituição custeou 80% da safra de 1994, mas ainda afirma que o Estado dá

pouco incentivo e isso em parte se deve ao pouco poder de barganha da classe capitalista.

No que diz respeito à produção, a empresa, ao iniciá-la, irrigou num primeiro momento (1990) 275ha de melão e foi aumentando paulatinamente até chegar a 600ha em 1994, colhendo inicialmente 4.425 t/ano, aumentando para 13.710 t/ano em 1993, conforme Tabela V, alegando que esse aumento deu-se em função do mercado consumidor.

TABELA V

**FAZENDA SÃO JOÃO - PRODUÇÃO ANUAL DE MELÃO (EM T)
DE 1990 A 1993**

ANO	1990	1991	1992	1993
PRODUÇÃO	4.425	4.605	5.685	13.710

FONTE: Dados fornecidos pela FAZENDA SÃO JOÃO

Percebe-se que nessa empresa houve tanto aumento da área irrigada quanto inversão em tecnologia, intensificando-se a produtividade, sendo que o salto maior se configura de 1992 para 1993, pois a área foi aumentada de 368 ha irrigados para 600ha e a produção de 5.685 t para 13.710t.

Dessa produção, exporta-se um percentual de 20 a 45%, de acordo com as condições de mercado e, do restante, fica um volume inferior a 2% no RN, basicamente 18% no Nordeste e 82% para as demais regiões do país.

O faturamento líquido da Fazenda S. João, segundo os dados fornecidos pela mesma, em 1993, a preços de 1994, foi de US\$ 4.688.000 e até início de novembro de 1994 de US\$ 4.500.000, conforme Tabela VI.

TABELA VI

FAZENDA SÃO JOÃO - FATURAMENTO LÍQUIDO (EM US\$ 1,00) - DE 1990 A 1994

ANO	1990	1991	1992	1993	1994
FATURAMENTO	2.181.000,00	1.482.000,00	1.751.000,00	4.688.000,00	4.500.000,00

FONTE: Dados fornecidos pela FAZENDA SÃO JOÃO

Considerando a isenção de ICMS no período "anistiado" de 1991 a 1994 a Fazenda S. João teve um volume de faturamento líquido estimado em US\$ 12.421.000, o que, adotando-se as alíquotas anteriormente usadas pelo estado do RN permite os seguintes cálculos: ressalta-se que o volume exportado varia de 20 a 45%, e, portanto, tem-se uma produção média de 32% comercializada externamente. Assim, o faturamento relativo ao mercado

externo no período de 91/94 foi de US\$ 3.975.000. O estado deixou de arrecadar, nesse período, em ICMS, US\$ 516.750, em média.

Nas operações comerciais dentro do País no mesmo período, o volume de faturamento equivale a US\$ 8.446.000, sendo que uma estimativa de 2% fica no RN e 98% vai para o NE e outras regiões. Em termos internos (do RN) o faturamento é US\$ 168.920, o volume de ICMS que não foi recolhido US\$ 28.716,40, enquanto que em termos interestaduais o faturamento foi de US\$ 8.277.080, e o ICMS não recolhido de US\$ 993.249,60, perfazendo uma "perda" total de arrecadação para o Estado do RN, relativo aos mercados interno e externo de US\$ 1.538.716, a preços de 1994.

3.2.3. VIVA AGROINDUSTRIAL

A empresa Viva agroindustrial instalada em 1993 em Mossoró é constituída de 2 projetos: Viva 1 (Tibau/Mossoró) e Viva 2 (Aracati-CE), tendo uma área total descontínua de 6.000ha, dos quais 326ha são irrigados. O projeto Viva 1, possui uma área de 5.200ha, sendo 200 ha irrigados, e o Viva

2 tem 500ha, sendo 106 já irrigados e 40ha que nos próximos meses vão entrar em operação produtiva.

A análise do Projeto Viva Iserá feita, por estar localizado no RN. A empresa produz neste projeto apenas melão, usando um método de irrigação por gotejamento desde sua instalação, sendo todos os equipamentos importados de Israel. Está implantando o sistema computadorizado na Fazenda, com previsão de funcionamento para a primeira safra de 1995, pois, segundo informações prestadas pela Empresa, só falta o técnico vir de Israel para aprontar os equipamentos. Esse padrão tecnológico que a empresa adotará é o mais avançado em termos de irrigação, vez que já foram instalados na Fazenda computadores que permitem controlar toda a irrigação, possibilitando saber o volume de água para cada área, através de um hidrômetro que mede a quantidade de água e remete a informação via rádio para o computador, que cria um programa com todo monitoramento do sistema.

Atualmente (1994), existe na empresa um programa de computador para calcular a lâmina que se aplica à irrigação, como também a quantidade de fertilizante que se utiliza na área irrigada. Esse programa é executado pelo operador de irrigação. Mas a pretensão é que ao se colocar em funcionamento o sistema mais avançado não haja mais necessidade de

intermediário, pois no próprio computador o programa será executado , somente através de comandos.

No tocante à discussão feita anteriormente sobre o avanço das forças produtivas ser uma tendência constante do modo de produção capitalista e que conseqüentemente transformam o processo de trabalho, parece ficar evidente, observando-se as transformações tecnológicas, que as empresas adotam de acordo com a dinâmica do capital.

A intensificação do trabalho através do aumento do capital constante, sem dúvida, aumenta a produtividade e é poupadora de mão-de-obra, embora o informante afirme o contrário. No caso dessa empresa, o entrevistado afirma que as transformações tecnológicas não diminuirá a mão-de-obra utilizada, vez que só vai diminuir o serviço do técnico que opera *"pois vai precisar dos funcionários para continuarem misturando o adubo, diluindo, isso vai continuar, só que além disso, diluir e colocar a quantidade de adubos; ele ainda abre e fecha o que vai irrigar e o que não vai irrigar"*. Só que o novo sistema dispensa esse último aspecto.

Além disso, atualmente o acompanhamento da irrigação é feito com planilhas, e com o sistema computadorizado essas planilhas serão

substituídas por informações instantâneas e o controle facilitado, pois sabe-se a área que está sendo irrigada, a vazão que está dada nessa área, qual a vazão acumulada, enfim, é facilmente detectado se está ocorrendo algum problema de funcionamento na irrigação.

O que o entrevistado alegou - e isso é factual - é que, haja vista o alto padrão tecnológico aplicado, aumentará consideravelmente a eficiência e produtividade da empresa, no entanto, em termos relativos, esse fato, embora o entrevistado se contraponha, tende a diminuir a quantidade de mão-de-obra empregada.

A Viva agroindustrial (1), como tem instalações recentes, ainda não reinvestiu nenhum capital em inovações tecnológicas, mas o projeto como um todo custou aos sócios a cifra de um milhão de dólares.

Apesar de atualmente a empresa só produzir e comercializar melão, pretende diversificar com outros frutos, principalmente, porque o investimento no projeto e os custos com a manutenção dos equipamentos são bastante elevados e há premência de repor esse capital aplicado. Dessa forma, é "preciso" produzir outros frutos que sejam rentáveis (haja demanda no

mercado) e assim a empresa pretende diversificar a produção, não só com outros frutos, como também outros tipos de melão.

No projeto Viva 1, em Mossoró, a empresa pretende ampliar 100ha irrigados, quando o sistema computadorizado for implantado, que mostra claramente o processo de aumentar a área irrigada e, ao mesmo tempo, intensificar a produção, adequando-se à dinâmica do capital. Ou seja, essa "necessidade" da empresa em aumentar a área irrigada e intensificar a produção (além da adoção do sistema computadorizado, uso de defensivos e fertilizantes) é oriunda da necessidade do próprio capital e da agricultura que, inserida nesse contexto, integra-se ao movimento do capital, transformando e sendo transformada, numa inter-relação dialética com os demais setores da economia.

Com relação a mão-de-obra empregada, a empresa ocupa atualmente (1994) uma média de 500 trabalhadores por ano, todos assalariados, dos quais 90% são trabalhadores rurais não especializados com um piso salarial de um salário mínimo +8% deste, sem acréscimos por produtividade. Todos têm carteira assinada, são sindicalizados e a maioria é oriunda de Mossoró, sendo os demais de cidades vizinhas.

Somente 2% dos trabalhadores residem na Fazenda, sendo esse percentual de funcionários da parte burocrática da empresa (planejamento) que moram em casas da empresa e não podem usar as terras para plantar. Quanto aos trabalhadores rurais, estes se locomovem diariamente de Mossoró para a empresa (localizada a 30 Km de Mossoró), dispondo de transporte coletivo próprio que é colocado à disposição destes trabalhadores para transportá-los de ida e volta ao trabalho.

Essa empresa depende em grande parte da comercialização de melão para o mercado externo, exportando em média 65% da produção, principalmente para a Holanda, pelo porto de Natal. Somente em caráter especial, se for necessário exportar e não houver navio no porto de Natal, exporta pelo porto de Cabedelo/PB e Fortaleza CE. O restante da produção é comercializada internamente e para outras regiões do país, principalmente São Paulo, para onde escoam 90% desse percentual.

Em 1993, quando foi instalada, produziu uma média de 4.000 t de melão e, em 1994, um montante de 13.000 t, mostrando um crescimento (se considerada a área irrigada constante) de 225% ao ano. No entanto, aventa-se a possibilidade da empresa ter aumentado a área irrigada, por não ser possível, segundo técnicos da EMBRAPA, produzir 65 kilos de melão/hectare, apesar de

o informante ter afirmado em entrevista gravada ser essa a quantidade produzida. Portanto, considerar-se-á esse volume de toneladas produzidas em 1994 para a análise a seguir. Assim, o faturamento líquido anual, a preços de 1994, foi estimado em US\$ 1.500.000 em 1993 e US\$ 4.875.000 em 1994.

Calculando o que o Estado deixou de recolher de ICMS no período de vida útil desta, ter-se-ia o seguinte: Em 1993/94, o faturamento líquido foi em média US\$ 6.375.000, sendo que no ano de 1993 toda a produção foi comercializada em exportações e operações interestaduais. Assim, nesse ano de 1993, do montante total, uma média de 65% foi exportado, ou seja, US\$ 975.000, o que, considerando a alíquota de 13%, equivale a US\$ 126.750. O restante, seja, US\$ 525.000, comercializado interestadualmente, equivale em ICMS a US\$ 63.000, somando, no ano de 1993, a preços de 1994, um total de US\$ 189.750 em ICMS não recolhido. Em 1994, o faturamento líquido foi de US\$ 4.875.000, e foi exportado 55% em média, ou US\$ 2.681.250, deixando de ser arrecadado US\$ 348.563. Das operações interestaduais (40% que equivalem a US\$ 1.950.000), US\$ 234.000 em ICMS, ficando 5% da produção em Natal, ou seja, US\$ 243.750 em faturamento, que calculado a uma alíquota de 17% equivale a US\$ 41.438 anuais, totalizando, em 1994, um montante em operações internas (RN), interestaduais e

exportações de US\$ 624.001 de ICMS não recolhido pelo estado do Rio Grande do Norte. O somatório dos dois anos de faturamento da empresa equivale a um total de US\$ 813.751 em ICMS, a preços de 1994, valor que o estado deixou de ter em seus cofres por ter liberado tal imposto.

O número de empregos ofertados pela empresa foi, no ano de 1993, em média 600 trabalhadores/ano e, em 1994, uma média de 500 trabalhadores/ ano. Segundo o informante, o motivo de ter havido um decréscimo no número de empregos diretos é a "eficiência" dos trabalhadores ao aprenderem a lidar com as máquinas. Mais uma vez esse fato corrobora o que foi discutido em relação ao avanço das forças produtivas, ou seja, o desenvolvimento tecnológico intensifica a produtividade, sendo poupador de mão-de obra, alterando a COK (composição orgânica do capital). No entanto, afirmou que a tendência da empresa é manter ou mesmo elevar esse número de empregos, quando houver expansão da nova área a ser irrigada (100 ha).

A Viva agroindustrial é a única empresa do universo pesquisado que tem capital totalmente próprio, mas tem pretensão de estudar uma proposta para conseguir empréstimos junto ao Estado, que, conforme o entrevistado, deveria atuar mais, principalmente em infraestrutura, construção de uma câmara fria e melhores estradas, além da especialização de mão-de-obra para prestar

serviços a empresa. No entanto, não deve intervir na produção. Parafrazeando-o: *A produção pode deixar com a gente, o Estado tem que fazer o papel dele.*

Um outro fato que o entrevistado ressaltou é a falta de "união" das empresas, no sentido de barganhar do Estado atuação mais incisiva para conseguir maior oferta de matéria-prima usada na fabricação de embalagens⁸.

A embalagem é importante para manter a qualidade do produto durante o transporte e comercialização, pois além de proteger, a embalagem com recipientes de embarque (caixas) serve para homogeneizar o produto e permitir um manuseio adequado. Segundo o manual da Frupep(1994:122), deve ser resistente ao manuseio durante a carga e descarga; à compressão do peso sob outros recipientes, vibração durante o transporte e a alta umidade durante o pré-resfriamento ao impacto, o trânsito e o armazenamento.

⁸ Segundo informações, falta matéria-prima para fabricar as embalagens, encarecendo-as e dificultando inclusive as exportações.

3.2.4. FINOBRASA

A Finobrasa foi instalada no vale do Açú em 1985, com uma área total de 5.400 ha e 930 ha de área irrigada. Inicialmente, o projeto foi montado para cultivar algodão, irrigado por aspersão, mas no final da década de 80, a cultura entrou em declínio devido a praga do bicudo, tornando-se mais barato importar do que produzir na região. Esse fato levou a empresa a abandonar a produção de algodão e durante aproximadamente 3 anos o projeto ficou desativado, voltando a ser ativado em 1993, com objetivo de produzir frutos tropicais.

Atualmente, a empresa tem 85% da área anteriormente irrigada com o algodão inativa, mas pretende ir plantando gradativamente até ocupá-la totalmente, vez que somente produz em 160ha, sendo 130 ha com manga (carro-chefe) e 30 ha de melão, com uma inversão de capital de US\$ 110.000 anuais na produção da manga e US\$ 3.500 na cultura de melão, somando um total de US\$ 113.500 anuais.

As terras da Finobrasa pertenciam anteriormente a pequenos produtores, mas a empresa foi comprando terras contíguas aos poucos, até

conseguir formar a área total que atualmente possui. No início da instalação do projeto, mesmo este tendo sido implantado para cultivar algodão, já se plantava manga, mas a cultura tinha importância secundária, posto que o carro chefe era o algodão. Mas, em função dos motivos já apresentados a empresa atualmente produz manga e melão, investindo em novas técnicas de irrigação, pois a utilizada na época da instalação do projeto era aspersão, mudando atualmente para gotejamento. Além disso, há a utilização de fertilizantes e defensivos, tudo, segundo o informante, "*de última geração*" e da forma mais racional possível.

A Finobrasa trabalha atualmente (1994) com uma equipe técnica especializada e com trabalhadores rurais não especializados, somando um total de 103 funcionários - todos assalariados - com um piso salarial (os trabalhadores rurais) de um salário mínimo +8% deste, sem ganho por produtividade, havendo um projeto em discussão para efetivar tal proposta de assalariamento.

No início, os trabalhadores eram oriundos de cidades circunvizinhas de Ipanguaçu e localidades mais próximas. A partir de outubro de 1994, a empresa passou a contratar trabalhadores rurais em regiões mais afastadas, como Ipanema e Baraúnas, inclusive está montando infra-estrutura

para manter esse pessoal morando na fazenda. A justificativa alegada para o ocorrido é que, por uma questão de "costumes", o pessoal da região (proximidades) produz menos. E deu um exemplo: para cortar escoras para manga, os trabalhadores da região cortavam 350 por dia, enquanto o mesmo número de empregados de outras regiões (as citadas supra), 600 por dia. Percebe-se que a produtividade do trabalho é bem maior nestes últimos.

No que diz respeito às condições de trabalho, todos tem carteira assinada, com todos os direitos trabalhistas assegurados, assistência médica e sindicato. No entanto, não podem plantar nas terras da empresa.

Considerando o perfil da produção na Finobrasa, quando da reativação do projeto, a empresa, em 1993, plantou 40 ha de manga (irrigados) e colheu 3.800kg por ha (152 t/ha). Em 1994, aumentou a área irrigada para 130 ha com manga e 30 ha com melão, produzindo em média 535 t de manga e 370 t de melão ao ano, com um faturamento líquido⁹) em 1993 estimado em US\$ 90.000 e em 1994 um total de US\$ 615.000, aumentando consideravelmente a produção e o faturamento.

⁹ O faturamento foi calculado baseado no volume de produção e preço (1994) por quilo em dólares ao ano.

Mesmo a empresa considerando a produtividade de manga na área irrigada satisfatória, pretende ampliá-la tanto através do aumento da área irrigada como da intensificação da produção para 30t por ha nas próximas safras, posto que a perspectiva de mercado é satisfatória no sentido de demandar o produto (o NE lidera a produção nacional com 378.000 t/ano).

Assim, o objetivo é ir progressivamente aumentando a área produtiva, além de intensificar a produção, tanto em relação a manga como diversificar com outros frutos, inclusive já estão sendo plantadas (a informação data da entrevista, nov/94), acerola, maracujá e banana.

Da produção anual, 90% é exportado pelos portos de Natal e Cabedelo(PB), sendo quase o total por Natal, visto serem menores os custos, para os seguintes países: França, Inglaterra e Holanda. O restante, 10% fica no mercado interno (Brasil), sendo este o volume da produção que não passou pelo controle de qualidade para exportação e que é destinado basicamente para São Paulo, Brasília, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, não comercializando praticamente nada na região NE nem no estado do RN.

feita a triagem do controle de qualidade para os mercados externos e as demais regiões do país a “sobra” é distribuída aqui, mas, segundo o

informante, não se consegue vender, porque coincide com a produção de manga espada que tem um preço de mercado competitivo (bem mais reduzido) e o que "sobra" após esse processo de seleção acaba se estragando.

O capital da empresa é quase totalmente próprio (5% de empréstimos). Mas a mesma está tentando um volume maior de investimento junto ao BNB. No entanto está com algumas dificuldades para conseguir. Na opinião do entrevistado, o Estado deveria atuar mais no sentido de isenção de impostos (principalmente em embalagens), criação de infra-estrutura portuária e rodoviária e especialização de mão-de-obra, mas a categoria dos capitalistas não está organizada para barganhar tal atuação.

Aspecto relevante, é o fato de que o Estado esteve presente desde o início do processo de "modernização" da agricultura e conseqüentemente da reprodução do capital, deixando evidente a sua atuação como suporte financeiro ao capital privado, mas ao que parece há uma insatisfação generalizada com a instituição Estado, levando-se em conta que todos os entrevistados cobram atenção do Estado, no sentido de proporcionar infra-estrutura, empréstimos, subsídios e isenção de impostos.

O grande capital cobra a atuação do Estado "desenvolvimentista", mas abomina o caráter "intervencionista", discordando de qualquer tentativa de determinar preços e/ou mercados, fazendo louvores ao estado neoliberalista. O que aparentemente é contraditório, em essência não é, pois desde o início do processo de industrialização o Estado atuou possibilitando que a agricultura se integre à dinâmica do capital, no entanto, devido às próprias contradições inerentes ao modo de produção capitalista, não determina políticas que permita estabilizar preços, aumentar o número de empregos e mesmo isentando as empresas produtoras de frutos tropicais de impostos (ICMS), não há nenhuma garantia de retorno social por parte destas.

Quanto à isenção de ICMS nessa empresa, se calculado o que o Estado deixou de arrecadar do período que reativou o projeto de 1993 a 1994, tem-se os seguintes resultados: se a estimativa de faturamento em 1993 é de US\$ 90.000 e quase todo o volume foi exportado⁽¹⁰⁾ (US\$ 67.500.), corresponde a um volume de ICMS não recolhido de US\$ 8.775, a uma alíquota de 13%, nesse ano, a preços de 1994. No ano seguinte (1994), a estimativa de faturamento é de US\$ 615.000 e considerando que 90% da produção (manga e melão) foi exportado, ou seja, US\$ 553.500, tem-se um

¹⁰ Segundo o informante, em 1993, 75% da produção foi exportada e o restante 25% que deveria ter sido comercializado em S.Paulo, coincidiu com a safra deste Estado, desperdiçando-se.

montante não recolhido de ICMS de US\$ 71.955 e 10% foi comercializado em operações interestaduais, o que corresponde dessa produção um valor de US\$ 61.500, e em ICMS US\$ 7.380, somando neste ano de 1994 um total de US\$ 79.335 em imposto não recolhido da comercialização externa e interestadual. Nos dois anos de produção tem-se um equivalente a US\$ 88.110 em ICMS não recolhido pelo Estado do Rio Grande do Norte, a preços de 1994.

3.2.5 FRUNORTE

A Frunorte foi instalada no vale do Açu em 1986, tem uma área total de 10.000 ha, sendo 2.500ha irrigados e 25% da área total reserva do IBAMA.

Se comparado à região, essa empresa já iniciou a produção com um processo tecnológico avançado, importando todo o equipamento de Israel, utilizando técnicas de irrigação por gotejamento auto-compensado (semi-

computadorizado) adaptando tal tecnologia "às condições edafoclimáticas da microrregião do Açu" (Agribusiness, 1993:211).

Esse sistema adotado pela empresa "permite um controle mais eficiente da água. Garante que a água vá somente para a raiz, e não para as folhas... o resultado prático é a padronização da distribuição da água e do fertilizante e melhoria da qualidade da fruta, segundo cada variedade cultivada" (Agribusiness, 1993:212).

Quando a empresa foi instalada, inicialmente adquiriu 53 ha no vale do Açu, dos quais 6 ha foram irrigados e plantados com melão. Posteriormente adquiriu terras de tabuleiro, até totalizar a área atual, composta de terras descontínuas.

A Empresa, vem diversificando a produção conforme a demanda do mercado (a partir de 1990), abandonando a condição de monocultura, produzindo além de melão (carro-chefe), manga, uva, acerola e palmito, sendo 1000, 280, 40, 100 e 50 ha irrigados, respectivamente, além de pecuária, com uma criação em média de 1.500 bois por ano, e considerando também o comportamento do mercado externo⁽¹¹⁾, visto que em termos gerais cresceu a

¹¹ O mercado externo é um dos aspectos que contribuiu para a Empresa diversificar a produção.

demanda por produtos alimentícios nos países desenvolvidos, o que provocou importantes aumento do consumo, principalmente frutos frescos (FrupeX, 1994:43).

Objetivando aumentar a produtividade, investe em tecnologia e infra-estrutura, dispondo de duas câmaras frias para armazenamento, um investimento no valor de 700 mil dólares, 80% dos quais financiados pelo Estado, através do BNB. A pretensão é investir cada vez mais em novas tecnologias e, ao invés de aumentar a área irrigada, intensificar a produção, visando maior produtividade.

A mão-de-obra empregada provém de Açú e Ipanguaçu, sendo composta atualmente (1994), por uma média de 950 trabalhadores (ano), sendo a maioria de trabalhadores rurais, treinados constantemente para exercerem atividades na agricultura irrigada e, segundo o informante, investe uma média de 70 mil dólares anuais no treinamento de mão-de-obra. Em relação as condições de trabalho são todos assalariados, recebem um salário mínimo +8% deste (ver nota de rodapé no. 5) são "quase" todos sindicalizados, tem assistência médica, adiantamento de farmácia e supermercado para desconto ao final do mês. Desses trabalhadores, parte (a empresa não informou quantos) mora na Fazenda, haja vista esta possuir 50 casas com essa finalidade.

Desde 1989, a Frunorte exporta uma média de quase 100% do montante comercializado pelo porto de Natal, pequena parcela por Fortaleza/CE e Cabedelo/PB. Uma média de 58% de sua produção (anual) vai para a Inglaterra, onde tem um escritório próprio, de onde faz a remessa para outros países da Europa, como a Espanha e Holanda, além de também comercializar (2%) com EUA e Países do Mercosul.

Em relação à produção, não resta dúvida de que aumentou consideravelmente. Pela Tabela VII percebe-se um grande crescimento desta, especialmente em relação ao melão. Tal fato ocorreu devido ao grande incremento do uso de tecnologias e, segundo o informante, pelo crescimento do mercado externo em termos de demanda.

A produção da Frunorte, mesmo com o processo de diversificação, ainda é basicamente de melão, produzindo 80% do melão do RN, ocupando o segundo lugar em relação as empresas exportadores de frutos in natura (no caso melão) do país, respondendo com 30% da produção brasileira. Tal fato, ao que parece, levou a Frunorte mais recentemente a "decisão"⁽¹²⁾ de criar uma espécie de associação informal de pequenos produtores de melão.

¹² Essa decisão é extremamente rentável para a FRUNORTE, mas, aparentemente perpassa "o caráter social de que os pequenos produtores se beneficiam, pois têm o aval da Empresa, seja, o selo na fruta para exportarem sua produção.

TABELA VII

**FRUNORTE - PRODUÇÃO ANUAL DE FRUTAS TROPICAIS (EM T)
DE 1986 A NOVEMBRO DE 1994**

ANO	MELÃO	UVA	ACEROLA	MANGA
1986	120	--	--	--
1987	430	--	--	--
1988	972	--	--	--
1989	5.500	--	--	--
1990	18.760	--	--	--
1991	21.020	--	--	--
1992	30.000	--	--	--
1993	20.899	25	12	220
1994	23.668	195	125	295
TOTAL	121.369	220	137	515

FONTE: Dados fornecidos pela FRUNORTE

A associação funciona da seguinte forma: a Frunorte determina o padrão de qualidade, dá orientação informal e, ao final do processo produtivo, comercializa o produto como intermediária, "emprestando" o seu nome ao produto (as frutas têm o selo Frunorte). Há ainda o adiantamento de caixas⁽¹³⁾ e frete, descontando numa planilha de custos, mas só paga aos pequenos produtores quando concluída a operação de venda com o comprador final. Se o produto não atender ao padrão de qualidade exigido, a perda é do pequeno

¹³ Segundo o entrevistado, a embalagem é o fator que mais pesa nos custos de produção, cerca de 40% do efetivo da Empresa.

produtor, ou seja, este não recebe pela produção. Atualmente existem cerca de 40 pequenos produtores, pertencentes a 15 municípios, inclusive de outros Estados adjacentes, como Pernambuco e Paraíba, plantando numa área que varia entre 2 a 30 ha/produtor.

Há, nesse caso, uma clara subsunção do trabalho ao capital, pois os pequenos produtores por não disporem de um volume de capital que lhes permitam ter acesso a um padrão tecnológico avançado, grande produtividade e conquista de mercado, o que lhes possibilitaria produzir e comercializar, não se apropriam de todo o seu trabalho, visto haver intermediário. Estão dessa forma, sob a égide do grande capital, que indiretamente intervém na produção, pois a fruta tem que passar no rígido controle de qualidade do mercado internacional, sob pena do prejuízo ser do pequeno produtor, a empresa comercializa o produto (com altas margens de lucro) usando apenas a marca registrada FRUNORTE.

O capital investido na empresa até basicamente 3 anos atrás era totalmente próprio, mas após 1991 a mesma recorreu a empréstimos do Estado através do BNDES e BNB, com prazo de amortização previsto para os próximos 10 anos.

Como as demais empresas entrevistadas, a Frunorte não paga ICMS, desde 1991⁽¹⁴⁾, o que, segundo o informante, é um incentivo do Estado para ativar a produção, visto que os incentivos, ainda segundo este, são mínimos, citando um exemplo: o Estado, apesar de já ter conseguido liberação, ainda não construiu uma câmara fria no Porto de Natal, o que viria contribuir para melhores condições de armazenamento e conservação dos frutos in natura, facilitando sobremaneira as exportações.

Considerando o faturamento líquido⁽¹⁵⁾ da empresa desde a época de sua instalação até novembro de 1994, teremos o seguinte quadro: de acordo com a Tabela VIII, o somatório do faturamento perfaz um montante de US\$ 42.896.435,44. Desse valor, 40% é comercializado internamente (no país), conforme Tabela VIII, sendo este percentual assim distribuído: 90% no Sul e Sudeste, 4% no Nordeste e 6% no estado do RN. O restante da produção da empresa, seja, 60%, é comercializado externamente para Inglaterra (98%), Holanda (1%), Argentina (0,5%) e EUA (0,5%), ressaltando-se que das frutas produzidas só o melão e a manga são exportados. A justificativa é que essas frutas têm maior aceitação no mercado externo.

¹⁴ Ano em que "coincide" com os empréstimos feito ao Estado, mostrando que a empresa foi duplamente beneficiada através de empréstimos e isenção de impostos (ICMS).

¹⁵ A Empresa não separou o faturamento líquido interno e externo. Os valores foram calculados a partir do percentual de exportações fornecido, tomando como base o montante total anual.

TABELA VIII

FRUNORTE - FATURAMENTO LÍQUIDO (EM US\$ 1,00) POR TIPO DE MERCADO, DE 1986 A NOVEMBRO DE 1994

ANO	MERCADO INTERNO	MERCADO EXTERNO	TOTAL
1986	6.965,47	--	6.965,47
1987	16.890,66	--	16.890,66
1988	481.351,24	--	481.351,24
1989	1.233.109,00	1.849.663,55	3.082.772,55
1990	2.713.432,80	4.070.149,20	6.783.582,00
1991	2.979.932,70	4.469.899,17	7.449.831,87
1992	3.457.781,12	5.186.671,50	8.644.452,62
1993	4.787.808,80	7.181.713,40	11.969.522,20
1994*	1.784.426,60	2.676.640,23	4.461.066,83
TOTAL	17.461.698,39	25.434.737,05	42.896.435,44

FONTE: Dados fornecidos pela FRUNORTE

* Até novembro de 1994, conforme dados fornecidos pela empresa.

Analisando a isenção de ICMS (desde 1991) ter-se-ia os seguintes valores: no mercado interno o volume de faturamento no período foi de US\$ 13.009.949,22; portanto, de acordo com as alíquotas anteriormente cobradas, o estado (RN) comercializou, nesse período, internamente, US\$ 780.596,95 e deixou de arrecadar nesse mesmo período em ICMS US\$ 132.701,48 e a nível interestadual, faturou US\$ 12.229.352,27. Calculando-se a alíquota anteriormente cobrada de 12%, ter-se-ia um valor de US\$ 1.467.522,27, em termos de mercado interno e interestadual. O montante de ICMS não arrecadado no período de isenção (de 1991/94) foi de US\$ 1.600.223,75.

Em relação ao mercado externo, o faturamento nesse período foi de US\$ 19.514.924,30. Caso não houvesse liberação, ter-se-ia arrecadado nesse período (1991/94) US\$ 2.536.940,00. O somatório do período, considerando a comercialização dentro do próprio estado (RN), interestadual e externa dá um total de US\$ 4.137.163,91.

A empresa forneceu o número de empregados desde sua instalação até 1994 (Tabela IX). O que se observa é que no período em estudo relativo à liberação de ICMS (1991/1994), o número de empregos diretos vem decrescendo, em termos absolutos. A FRUNORTE poderia alegar que investiu em tecnologia e que esta é poupadora de mão-de-obra. Sendo assim, não houve aumento no número de empregos diretos porque houve intensificação do capital constante. Há, nesse caso, de acordo com a lógica de acumulação de capital, um aumento da mais-valia relativa, seja, intensificação da jornada de trabalho, o que é inerente ao avanço das forças produtivas no modo de produção capitalista.

TABELA IX

FRUNORTE - EMPREGOS DIRETOS OFERTADOS, DE 1986 A 1994

ANO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Nº DE EMPREGOS	60	90	200	450	900	1.400	1.300	1.200	950

FONTE: Dados fornecidos pela FRUNORTE

Outro aspecto que "justifica" a isenção de impostos é o propalado desenvolvimento do estado através do aumento da produção de frutos tropicais, pois não seria necessário importar (há produção interna), além de que, mesmo exportando parte considerável da produção, o capital retornaria às empresas e conseqüentemente ao estado. Não há dúvidas de que tais alegações procedem, mas é preciso visualizá-las em relação ao aspecto da isenção e de seu objetivo. Quanto ao primeiro fato, o das exportações¹⁶, não é objetivo desse trabalho fazer tal tipo de avaliação. Em relação ao segundo, e esse é o que realmente interessa analisar, o capital "volta ao Estado", mas pertence, é propriedade, das empresas privadas, que "deveriam" reverter esse capital em investimento produtivo, no sentido de fazer crescer o número de empregos, posto que estão isentas de contribuir com ICMS.

A resposta do capital privado que se apropria (indiretamente) do capital público na forma de isenção de impostos (ICMS) é clara: através da microrracionalidade empresarial, a apropriação desse valor tem como objetivo reproduzir o capital.

¹⁶ As exportações são pagas em dólares, os quais são depositados no Banco Central que, por sua vez, os troca por moeda nacional, aumentando o volume de moeda em circulação, o que pode ser um dos aspectos de inflação. Quanto maior o setor exportador, maior a oferta de moeda, a menos que os dólares recebidos pelo BC sirvam de reserva para financiar importações.

4. REFLEXOS DA AGRICULTURA IRRIGADA NO ESTADO: PRODUÇÃO, EMPREGO E RECEITA TRIBUTÁRIA.

Após a análise dos dados das empresas em estudo, pretende-se entender quais os reflexos da produção de frutos tropicais no comportamento da produtividade do trabalho, além de averiguar a relação entre o volume de capital investido em emprego e o volume global de capital liberado em ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), no tocante às empresas do Pólo Agroindustrial do Açu (RN), após a liberação de ICMS pelo estado em 1991.

O recorte é feito no sentido de deixar claro que embora possam existir outros aspectos no tocante ao assunto, interessa aqui, objetivamente, os acima referidos.

De acordo com o CONFAZ (Conselho de Política Fazendária) foi decretado, através do convênio ICMS no. 67 e 68 de 12.12.90 (sendo que este último revigora o convênio ICM no. 44 de 10.12.75) ambos prorrogados por tempo indeterminado pelo convênio 124/93 e o decreto 11.964/93 do RN-ICMS-anexo 91, que o Estado do Rio Grande do Norte concederia a partir do

início de 1991 a isenção de ICMS de produtos primários, inclusive frutas frescas (in natura) na comercialização interna (RN), com outros estados e exterior.

O objetivo “geral”, segundo projeto da câmara setorial da agroindústria do estado do Rio Grande do Norte, era (é) promover o desenvolvimento do pólo agroindustrial do Açu, visto ser este pólo o principal produtor de frutas tropicais do estado, no sentido de aumentar o valor agregado à produção agrícola e de garantir empregos estáveis para a população trabalhadora, tanto no campo como nas atividades industriais.

Como se trata do pólo agroindustrial onde a produção é efetuada com agricultura irrigada, a isenção visava/visa incentivar o incremento da produção das áreas irrigadas do estado, dando prioridade às culturas de maior rentabilidade e/ou de características industriais, bem como incentivar a introdução de novas tecnologias de processamento de frutas tropicais e melhorar os procedimentos pós-colheita e sanidade de frutas frescas, além de ampliar a pauta de frutas exportáveis.

No tocante ao aumento da produção de frutas tropicais e à introdução de novas tecnologias, como também o aumento das exportações, a

isenção de ICMS pelo estado cumpriu seu objetivo. Já em relação à questão do comportamento do emprego no Pólo, para os trabalhadores, observa-se, pela análise a posteriori, que o objetivo não foi alcançado.

Assim, do que se pode observar em relação à produção, conforme a Tabela X, é que a mesma cresceu, principalmente após 1991, ano em que o estado do RN isentou todas as empresas produtoras de frutos tropicais de pagar ICMS, tanto na comercialização externa quanto no país, com o objetivo de repercutir positivamente na economia do estado e conseqüentemente nos aspectos sociais.

TABELA X

**PÓLO AGROINDUSTRIAL DO AÇU-RN - PRODUÇÃO DE FRUTAS TROPICAIS
(EM T/ANO), POR EMPRESA PRODUTORA, COMERCIALIZADA NOS
MERCADO INTERNO E EXTERNO, ANUALMENTE, DE 1983 A 1994**

ANO	MAÍSA	FAZ.SÃO JOÃO	VIVA AGROIND.	FINOBRASA	FRUNORTE	TOTAL
1983	9.083,2	--	--	--	-	9.083,2
1984	10.058,6	--	--	--	--	10.058,6
1985	10.140,9	--	--	--	--	10.140,9
1986	9.704,1	--	--	--	120,0	9.824,1
1987	15.576,7	--	--	--	430,0	16.006,7
1988	18.775,9	--	--	--	972,0	19.747,9
1989	24.268,8	--	--	--	5.500,0	29.768,8
1990	37.855,5	4.425,0	--	--	18.760,0	61.040,5
1991	45.504,6	4.605,0	--	--	21.020,0	71.129,6
1992	55.301,5	5.685,0	--	--	30.000,0	90.986,5
1993	58.371,0	13.710,0	4.000,0	152,0	21.156,0	97.389,0
1994	60.187,2	*	13.000,0	905,0	24.283,0	98.375,2
TOTAL	354.828,0	28.425,0	17.000,0	1.057,0	122.241,0	523.551,0

FONTE: Dados fornecidos pelas empresas citadas acima

* Dados não disponíveis

No que diz respeito ao incremento de tecnologias nas empresas estudadas, todas foram unânimes em afirmar que adotaram um moderno e inovador padrão tecnológico, inclusive importado, com a finalidade de intensificar a produção. Esse padrão tecnológico, possibilitado, principalmente, pelo incentivo do Estado via isenção de ICMS contribuiu, sobremaneira, para que essas empresas aumentassem a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, elevassem a participação dos lucros relativamente ao capital constante.

Observando-se a Tabela XI, nota-se que a produtividade média do trabalho, ou seja, a relação entre o total da produção (em t/ano) e o número de trabalhadores/ano aumentou em todas as empresas em análise. Considerando-se as inovações técnico-científicas e o aumento da produção, pode-se afirmar que o crescimento da produtividade do trabalho, em termos relativos, incidiu beneficemente para o capital, já que não há indícios que parte deste aumento foi repassado para os trabalhadores, que continuam a perceber salário mínimo + 8% deste. Nesse sentido, denota-se que houve aumento da mais-valia relativa como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, traduzindo-se em acréscimo de riqueza, reflexo da isenção do ICMS, no período em estudo.

TABELA XI

**POLO AGROINDUSTRIAL DO AÇU-RN - PRODUTIVIDADE MÉDIA DO
TRABALHO (EM T/ANO), DE 1991 A 1994**

EMPRESA	ANO	1991	1992	1993	1994
FAZENDA SÃO JOÃO		8,0	10,0	22,0	--
VIVA AGROINDUSTRIAL		--	--	7,0	26,0
FRUNORTE		15,0	23,0	18,0	26,0
FINOBRASA		--	--	1,5	9,0
MAÍSA		10,0	12,0	13,0	13,5

FONTE: Dados fornecidos pelas empresas acima citadas.

Em relação à comercialização interna e externa dos frutos tropicais "in natura" percebe-se, conforme informações contidas no capítulo 4, que o volume total comercializado nesse período no país em termos relativos é menor que as exportações, pois, com exceção da Maísa, as demais empresas, seja, Frunorte, Viva, Finobrasa e Fazenda S.João, todas comercializam um volume maior externamente que internamente, chegando mesmo a produzir quase que totalmente para exportação, como é o caso da Finobrasa. O motivo alegado é que no exterior os preços são mais compensadores que no Brasil.

Da produção total das empresas, o percentual que é comercializado no RN é mínimo. A Maísa afirmou que somente 3,5% da

produção é comercializado no estado do RN; A Frunorte 6%; A Viva, no 1º ano de produção, nenhum percentual, no 2º ano 5%; A Fazenda S.João uma média de 2% e a Finobrasa praticamente nada, a não ser excepcionalmente.

Dessa forma, observa-se que a produção não é voltada para atender ao mercado estadual e sim, às exportações e regiões Sul e Sudeste, deduzindo-se que o que é comercializado no estado do Rio Grande do Norte são as "sobras" das frutas que não são aprovadas no controle de qualidade para as exportações e regiões supracitadas.

O fato de uma parcela mínima das frutas produzidas pelas empresas em estudo serem consumidas no estado do Rio Grande do Norte já coloca em dúvida algum aspecto "social" na política de isenção do ICMS. Em termos de possibilidades de incremento do consumo via menores preços para o consumidor, os beneficiários seriam aqueles do exterior ou das regiões acima citadas. Se for pensado em termos de beneficiamento da indústria para a agricultura, os investimentos que são realizados beneficiam indústrias localizadas no exterior e em outras regiões do Brasil. Sobram os investimentos supostamente para a geração de empregos.

Neste caso, o que se precisa verificar é se o aumento no número de empregos nas empresas em análise, correspondente ao período em isenção, compensa, em termos relativos, o que o estado deixou de arrecadar em ICMS.

Para analisar relativamente o impacto da isenção de ICMS, no período 1991/94, na criação de empregos no Pólo Agroindustrial do Açú (RN) adotam-se três suposições básicas: 1) se um dos objetivos do Estado na isenção de ICMS era (é) incentivar as empresas já existentes e criar condições para a instalação de novas empresas, sem essa concessão, não haveria aumento da produção das empresas já instaladas até 1990, nem, tampouco, aumentaria o número de empresas¹ e o número de empregos permaneceria constante a 1990; 2) assim, a variação do aumento de empregos de 1990 a 1994 se deve à isenção de ICMS; 3) por falta de dados precisos sobre o comportamento do número de empregos que possibilitassem fazer uma média de 1986 a 1990, adotou-se o ano de 1990 como base.

Conforme informações prestadas pelas empresas, o comportamento do número de emprego de 1986 a 1994 se expressa na Tabela XII. Pela citada Tabela, vê-se que existe variação do número de empregos após

¹ Considerando as características do universo pesquisado, foram criadas nesse período duas empresas produtoras de frutas tropicais: a Viva Agroindustrial e a Finobrasa. No entanto, segundo informações da FETAG, existem outras empresas de menor porte criadas na década de 90. As principais instaladas em Mossoró e no Vale do Açú são as seguintes: Agricultura de Mossoró Ltda (Agrossol), Santa Júlia Agro Comercial de Exportação Ltda, Fazenda Paulicéia, Agropecuária Industrial Ltda (Ratex) e Agroindústria Brasil Tropical Ltda.

1990 em termos absolutos. Das empresas já instaladas, a Maísa tinha nesse ano, uma média de 3.500 trabalhadores, subindo para 3.800 em 1991 e nos anos seguintes manteve uma média estável de 4.500 empregados até 1994. A Fazenda São João em 1990 empregava 503 trabalhadores, passando para 603 em 1991, com oscilações em 1992 e 1993, chegando a 630 trabalhadores em 1994. A Frunorte, em 1990, ofertava 900 empregos; em 1991 aumentou para 1.400, mas, nos anos que se seguem esse total decresceu, chegando no ano de 1994 a empregar apenas 950 trabalhadores, ou seja, aproximadamente 5,6% a mais que antes da isenção de ICMS. As demais empresas em análise passaram a produzir frutas tropicais para comercializar em 1993 e, a tendência no que concerne à oferta de empregos, em termos absolutos, na Viva Agroindustrial é decrescente, e na Finobrasa, estável.

TABELA XII

PÓLO AGROINDUSTRIAL DO AÇU-RN - NÚMERO DE EMPREGOS OFERTADOS, DE 1986 A 1994

ANO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
EMPRESAS									
MAÍSA	*	*	*	*	3.500	3.800	4.500	4.500	4.500
FAZ. SÃO JOÃO					503	603	576	618	630
VIVA AGROIND.								600	500
FRUNORTE	60	90	200	450	900	1.400	1.300	1.200	950
FINOBRASA								103	103
TOTAL	*	*	*	*	4.903	6.503	6.376	7.021	6.683

FONTE: Dados fornecidos pelas empresas citadas acima

* Dados não disponíveis.

No mesmo período, o ICMS não arrecadado com relação as empresas estudadas tem os seguintes valores, segundo Tabela XIII.

TABELA XIII

**RIO GRANDE DO NORTE - MONTANTE DE ICMS NÃO ARRECADADO
SOBRE AS FRUTAS TROPICAIS (EM US\$ 1,00), DE 1991 A 1994**

ANO EMPRESA	1991	1992	1993	1994	TOTAL
MAÍSA	2.444.561,83	2.947.467,32	3.218.679,44	3.268.791,22	11.879.499,81
FAZ. SÃO JOÃO	183.591,20	216.914,80	580.750,00	557.460,00	1.538.716,00
VIVA AGROIND	--	--	189.750,00	624.001,00	813.751,00
FINOBRASA	--	--	8.775,00	79.335,00	88.110,00
FRUNORTE	947.618,62	1.099.574,38	1.522.523,22	567.447,69	4.137.163,91
TOTAL	3.575.771,65	4.263.956,50	5.097.034,91	5.520.477,66	18.457.240,72

FONTE: Pesquisa de Campo

Já a receita tributária do estado do RN⁽²⁾, no mesmo período em análise, foi a seguinte, conforme Tabela XIV.

TABELA XIV

**RIO GRANDE DO NORTE - RECEITA TRIBUTÁRIA ARRECADADA
(EM US\$ 1,00), DE 1990 A 1994**

ANO	1990	1991	1992	1993	1994
US\$	206.719.795,77	151.989.273,30	133.302.844,92	133.811.593,01	115.284.526,71

FONTE: Dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda do RN.

² Não existem dados da Recita Tributária do Estado por setor. Por esse motivo a análise toma como referência o montante total de cada ano.

A receita tributária desse período, considerando a economia como um todo, decresceu de 1990 a 1991, ano em que foi liberado o ICMS sobre as frutas tropicais, um percentual de 26,48%, e continuou decrescendo, chegando em 1994 a US\$ 115.284.526,71, o que se comparado ao ano de 1990, ano anterior à liberação desse imposto percebe-se um decréscimo de 44,23%. No mesmo período o valor não arrecadado de ICMS cresceu um percentual de 54,4%, o qual se tivesse sido recolhido representaria um aumento de 3,5% no total de ICMS do Estado no período de 1991 a 1994.

Nas empresas já existentes até 1990, tais como: Maísa, Fazenda São João e Frunorte, de acordo com a Tabela XV, analisou-se o incremento do número de trabalhadores/ano a partir da isenção de ICMS (1991) e o custo relativo a esse incremento com o número de trabalhadores. Percebe-se que em todas elas o total dos custos durante o período de 1991 a 1994 com empregos diretos é inferior ao ICMS liberado nesses anos (ver Tabelas XIII e XV).

TABELA XV

**PÓLO AGROINDUSTRIAL DO AÇU -RN - INCREMENTO DE EMPREGOS
DIRETOS/ANO E CUSTOS COM O Nº DE TRABALHADORES,
DE 1991/94 EM RELAÇÃO A 1990**

EMPRESAS	ANOS	INCREMENTO Nº DE TRAB./ANO	CUSTO ADIC. ANUAL EM US\$	CUSTO ADIC. TOTAL (1991/94) EM US\$
FAZ. SÃO JOÃO	1990/91	100	195.000,00	809.250,00
	1990/92	73	142.350,00	
	1990/93	115	224.250,00	
	1990/94	127	247.650,00	
FRUNORTE	1990/91	500	975.000,00	2.437.500,00
	1990/92	400	780.000,00	
	1990/93	300	585.000,00	
	1990/94	50	97.500,00	
MAISA	1990/91	300	585.000,00	6.435.000,00
	1990/92	1.000	1.950.000,00	
	1990/93	1.000	1.950.000,00	
	1990/94	1.000	1.950.000,00	
TOTAL				9.681.750,00

FONTE: Dados fornecidos pelas empresas citadas acima.

A Maísa deixou de pagar ao estado (RN) de ICMS nesse período, US\$ 11.879.499,81 e investiu no mesmo período em empregos diretos, adicionais a 1990, uma cifra de US\$ 6.435.000,00, aproximadamente 54% do montante que poderia ter investido na geração adicional de empregos diretos. A Fazenda São João não pagou aos cofres públicos pela isenção de ICMS US\$ 1.538.716,00 e investiu, no mesmo período, em empregos diretos adicionais, o correspondente a US\$ 809.250,00, aproximadamente 52% do total que deveria, segundo os

propósitos do Estado, ser investido em empregos. Da empresa Frunorte, pela liberação de ICMS, o estado não recolheu, no período de 1991 a 1994, um valor de US\$ 4.137.163,91 e, segundo os cálculos utilizados, essa empresa teve custos adicionais com empregos diretos de US\$ 2.437.000,00, aproximadamente 58% do que poderia ter investido na geração de emprego.

Assim, fica patente que o suposto objetivo do Estado ao liberar o ICMS em 1991 só foi parcialmente alcançado, pois mais da metade foi transferido para o setor privado, não sendo compensador do ponto de vista da geração de empregos, sendo apropriado pelas empresas, resultando em enriquecimento privado e, conseqüentemente, vantagens para o capital.

As demais empresas em estudo, Viva Agroindustrial e Finobrasa, como passaram a produzir após 1993, o impacto sobre a geração de empregos é total, mas, mesmo assim, quando comparado relativamente o somatório dos custos adicionais com empregos diretos das empresas como um todo ao total de impostos não recolhidos (ICMS), tem-se os seguintes resultados: o somatório dos custos adicionais com empregos diretos de 1991/94 das empresas já instaladas corresponde a US\$ 9.681.750,00 e das empresas "novas", no período de 1993/94 (Viva Agroindustrial e Finobrasa) é de US\$ 2.546.700,00, perfazendo um total de US\$ 12.228.450,00. No mesmo período, o montante de

ICMS não pago pelas empresas em estudo foi de US\$ 18.457.240,72, observando-se que 34% desse valor não se reverteu em efeitos na criação de empregos diretos, nem benefícios sociais, mas em acumulação privada de capital. Caso o Estado tivesse recolhido esse total de ICMS poderia ter investido em infraestrutura, educação, saúde e segurança, e ter gerado também empregos adicionais.

Em relação à geração de empregos indiretos, quase toda a produção de frutas tropicais produzidas pelas empresas do Pólo Agroindustrial é comercializada no exterior ou em outros estados do Brasil. Um percentual muito pequeno fica no Rio Grande do Norte, como já foi discutido anteriormente, mostrando que o efeito sobre a criação de empregos indiretos é insignificante, posto que a produção não fica no Estado.

Assim, se a isenção de impostos (ICMS) tinha como objetivo refletir na produção das empresas e conseqüentemente na realidade econômica e social do Estado do RN, não é o que os dados demonstram.

Considerando o estado do RN e, especificamente, o Pólo Agroindustrial do Açu esse fato é corroborado. Nas cidades de Mossoró e Açu, nas quais estão localizadas a maior parte das empresas em estudo, tem-se um

índice de indigência de 50% e 51% respectivamente (Mapa da Fome do RN, 1994:6). A população de indigentes³, abaixo do nível de pobreza, é de 90.500 habitantes em Mossoró e 20.300 em Açu, mostrando que o desemprego é comprovadamente um problema econômico e social nessa região.

Do ponto de vista econômico, observa-se que se existe um percentual tão alto de indigentes nessas cidades, a economia não está absorvendo grande parte da mão-de-obra disponível, denotando sinais de recessão. Esse fato repercute no consumo (pois quem não tem renda não consome) tendendo à crise. Mas nesse caso há "*o estado que assume funções econômicas na reprodução capitalista superando suas crises, reconstituindo suas conjunturas e assegurando sua continuidade*" (XAVIER, 1993:06) através do repasse dos recursos públicos ao capital privado, permitindo sua expansão às expensas do desemprego, o que em termos sociais se traduz em miséria, marginalidade, êxodo rural, estendendo-se como uma espiral a outros setores, como, por exemplo, o educacional.

Dessa forma, questiona-se que tipo de "desenvolvimento" propalado pelo Estado via capital privada se efetivou. Os reflexos do aumento da produtividade através do incremento tecnológico e crescimento do

³ Segundo o mapa da fome do Rio Grande do Norte, (1994:6) indigente são aquelas famílias que conseguem no máximo a aquisição de uma cesta básica.

faturamento líquido, sem dúvida alguma se constituem em avanço no setor produtor de frutos tropicais da agricultura irrigada e, conseqüentemente, na reprodução do capital.

Mas esse desenvolvimento bancado pelo Estado, no qual o capital privado se apropria do dinheiro público com o intento de concentrar capital, não teve retorno do ponto de vista econômico e social (número de empregos e receita tributária), que era o propósito da isenção do ICMS.

Percebe-se de um lado o caráter "desenvolvimentista" do Estado e de outro a concentração de capital pelas empresas privadas, patrocinado "em parte" com impostos públicos. Tem-se como efeito desemprego, miséria, violência, enfim crise econômica e social, percebendo-se que tais problemas são uma realidade concreta e presente no cotidiano não só desse setor, mas da economia brasileira como um todo.

A Profrutas (Associação dos produtores de frutas tropicais do NE), num manifesto sobre agricultura irrigada lançado em maio de 1995, afirma que há nessa atividade uma geração média de empregos diretos e indiretos da ordem de 3 e 2 homens por hectare/ano, respectivamente, e que o RN tem uma área irrigada com frutas tropicais de 8.000 hectares. Alegam,

ainda, que há uma inversão de capital de US\$ 5.000 (US\$ 1.500 com equipamentos e US\$ 3.500 de implantação da lavoura) por ha irrigado na produção da fruticultura irrigada e que este setor oferta, aproximadamente, 40.000 empregos diretos e indiretos.

Desmistifica-se tal afirmativa levando-se em conta os dados pesquisados nas próprias empresas agropecuárias do Pólo Agroindustrial do Açu - RN. O total de hectares irrigados das cinco empresas em análise é o seguinte: Maísa 3.200 ha; Fazenda São João 600 ha; Viva Agroindustrial (Projeto Viva 1) 200 ha; Finobrasa 160 ha e Frunorte 2.500 ha; perfazendo um total de 6.660 ha. Em relação ao número de empregos diretos ofertados, a Maísa afirma ter em média 4.500 trabalhadores, a Fazenda São João 630, a Viva Agroindustrial (Projeto Viva 1) 500, a Finobrasa 103 e a Frunorte 950, somando um total de 6.683 empregos.

Considerando que para cada emprego direto corresponde dois indiretos, esse número subiria para 20.000 empregos, o que difere significativamente dos cálculos feitos pela PROFRUTAS, ou seja, equivale a 50% desse total. Mesmo com a existência de outras empresas menores que não constam nessa pesquisa, ainda assim, não se chegaria a esse montante de empregos que a referida associação afirma ofertar, posto que as empresas em

análise são as maiores do Pólo Agroindustrial, em produção e faturamento anual.

O mesmo manifesto afirma ainda que por contribuir com um total de 40.000 empregos *“fica caracterizado a grande contribuição social que a agricultura irrigada presta ao Rio Grande do Norte”* (Manifesto sobre agricultura irrigada, 1995:05). Ora, essa apologia feita pelas empresas privadas do seu “papel social” no contexto econômico é uma falácia, do ponto de vista que a função da propriedade privada dos meios de produção é produzir e reproduzir seu capital e para tal é necessário capital e também trabalho.

Portanto, o capital não está prestando nenhum favor à sociedade, mas tão somente cumprindo seu papel dentro da natureza capitalista de produção, posto que não se reproduz sozinho sem o caráter social do trabalho, resultando assim numa produção social mas em apropriação privada. E mesmo com o acelerado desenvolvimento tecnológico, o trabalho ainda se torna indispensável em qualquer atividade produtiva, embora haja um aumento do capital constante em relação ao variável.

Ademais, se além de seus dividendos e lucros, as empresas ainda “transferem” para seus cofres o dinheiro público através de concessão do

Estado, deveriam realmente cumprir sua "função social" dentro da relação capital x trabalho: proporcionar um número cada vez maior de empregos.

Com isto não se quer dizer que todo o capital produtivo deva ser revertido na contratação de trabalhadores. Sabe-se que uma parcela deste passa a ser usado na compra e reposição de máquinas, equipamentos e matérias-primas cada dia mais sofisticadas. E aí reside uma contradição do capitalismo: enquanto o desenvolvimento das forças produtivas é historicamente determinado pelo avanço tecnológico, contribuindo sobremaneira para o aumento da produtividade e conseqüentemente dos lucros, por outro lado tende a diminuir o número de empregos, pois há uma clara substituição do trabalho humano pela máquina, resultando em crescente volume de capital fixo em relação ao capital variável, refletindo negativamente no que diz respeito à contratação de trabalhadores, mas incidindo positivamente sobre os lucros do capital.

Agora, é pertinente discutir as formas que o capital está se utilizando para produzir. A adoção de novas tecnologias parece ser inerente ao desenvolvimento capitalista de produção, mas não necessariamente tendo o Estado como suporte desse processo, na forma como tem ocorrido no Brasil.

E nesse caso, tem-se o Estado bancando a reprodução do capital através de vários mecanismos, especificamente a isenção de ICMS da comercialização interna e externa sobre as frutas tropicais, com alegações que na realidade não se concretizam.

Como se essa isenção não bastasse, os produtores e exportadores de frutas tropicais ainda reivindicam no referido manifesto que o Rio Grande do Norte conceda a isenção de ICMS às atividades relativas a frete rodoviário para o transporte das frutas, embalagens para o acondicionamento das frutas, insumos agrícolas, bens destinados ao ativo fixo e imobilizado, sobre os produtos resultantes da industrialização das frutas, bem como ampliar o benefício da tarifa especial de irrigação para todo o dia. Em relação a esse último item alega-se que atualmente esse benefício é concedido apenas para o horário das 23 às 05 horas. A reivindicação é no sentido de que esta se estenda ao dia todo (24 horas) visto que os "*irrigantes operam apenas num regime diário de 24 horas, em função do modelo de produção em escala, altamente intensivo*" (Manifesto sobre agricultura irrigada, 1995:9).

Além disso, ainda solicitam do Estado mais créditos para investimento e custeio, seja, "*linhas específicas para investimento em fruticultura que levem em consideração os prazos de carência e de*

repagamento adequados a cada fruta - custeio anual simplificado sem a necessidade de se apresentar um projeto específico para pedir um custeio...

(Manifesto sobre agricultura irrigada, 1995:9).

Eis o grande paradoxo: enquanto reivindicam do Estado investimento, custeio e isenção de impostos (no caso o ICMS), nos demais aspectos da atividade produtiva, vez que já foi isento da comercialização interna, interestadual e externa, pregam que essa mesma instituição deixe o mercado se autoregular, através da “livre concorrência”, não sendo necessária sua intervenção no capital privado.

Mas, o excesso de interesses privados dentro do Estado deforma sua finalidade de gerir os recursos públicos em benefício da população pela pilhagem desta instituição pelos grandes grupos econômicos e privados. Daí o contra-senso: o grande capital se beneficia do Estado, reivindica cada vez mais recursos públicos, em nome de um mercado que tem absoluto domínio sobre as leis da economia, seja, a liberdade de mercado.

Portanto, o Estado só serviria aos interesses privados no sentido de proporcionar-lhes condições propícias para reproduzir seus capitais,

particularmente, o caso analisado das frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do
Açu - RN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu-RN através da agricultura irrigada nas condições edafoclimáticas do trópico semi-árido aliadas às mais modernas tecnologias de irrigação e insumos, confere ao estado do Rio Grande do Norte a condição de grande produtor de frutas tropicais do país, produzindo só em 1994 um total de 98.375,2 t. Tal volume de produção isento de ICMS em comercialização interna (RN), interestadual e externa, deveria trazer a este estado, de acordo com o objetivo de isenção desse imposto, retornos substanciais em termos econômicos e sociais

No entanto, destaca-se alguns aspectos que se mostram contrarrestantes no tocante a essa análise. Considerando-se a adoção de tecnologias mais avançadas pelas empresas em estudo, verificou-se elevação considerável na produtividade média do trabalho em todas elas, porém, os trabalhadores continuam percebendo um salário mínimo + 8% deste, resultando, assim, num aumento da mais-valia relativa, repercutindo favoravelmente à reprodução do capital.

Avaliando-se se o aumento do número de empregos nas empresas analisadas, nesse período, compensa relativamente o que o estado deixou de arrecadar de ICMS, pode-se perceber ,através dos dados pesquisados, não haver inversão em termos relativos na criação de empregos.

Em relação à produção, não resta dúvida de que a mesma aumentou consideravelmente, porém, grande parcela é destinada à exportação para outros estados do Brasil e para o exterior, não refletindo benefícios expressivos em termos econômico-sociais para o estado do RN.

Portanto, do exposto enfatiza-se que todo o processo de isenção do ICMS é benéfico sob o ponto de vista do capital e o mesmo Estado, ao qual cada vez mais relegam-lhe o papel de não-interventor, paradoxalmente, revela-se o grande suporte das empresas privadas quando se trata de garantir-lhes benesses, existindo inclusive reivindicações recentes dos empresários por mais isenções de impostos nesse setor.

Se todas as expectativas propaladas pelo estado em relação à sociedade, decorrentes da isenção de ICMS às empresas produtoras de frutas tropicais tivessem o impacto “esperado”, possivelmente, a contrapartida se

refletiria, particularmente, em geração de mais empregos nesse setor e, conseqüentemente, melhorias no padrão de vida da classe trabalhadora.

Assim, basta observar, mesmo que empiricamente, a concentração de renda e pobreza existentes no Rio Grande do Norte, especificamente, na região do Pólo Agroindustrial do Açu, onde os índices de indigência chegam a 50% da população nas cidades de Acú e Mossoró, para corroborar que todo esse processo contribuiu positivamente para a acumulação de capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Otomar de. *Economia política do Nordeste: Secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Icone, 1985.

- ESTUDOS SOBRE A AGROINDÚSTRIA NO NORDESTE. Fortaleza: UFC/CAEN, 1992. v. 1. /

- FERNANDES, Ana Amélia. *Autoritarismo e resistência no Baixo-Açu*. Natal: UFRN/CCHLA, 1992.

- FIDEC. *O mapa da fome do Rio Grande do Norte*. Natal: IDEC, 1994.

- _____. *Desempenho da economia do Rio Grande do Norte*. Natal: IDEC, 1990/92.

- _____. *Indicadores conjunturais do Rio Grande do Norte*. Natal: IDEC, 1991/92.

- FRUPEX. *Manual de exportação de frutas*. Brasília: Maara-SDR-Frupex/IICA, 1994.

- GOMES DA SILVA, Aldenor. *A parceria na agricultura irrigada no Baixo-Açu*. Natal: UFRN/CCHLA, 1992.

- _____. *O domínio do processo de trabalho na agricultura irrigada do Nordeste: a persistência da parceria*.1992. Tese (Doutorado em Economia) UNICAMP, 1992.

- GOODMAN, SORJ E WILKINSON. *Das lavouras às biotecnologias*. São Paulo: Campus, 1990.

- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- _____. *Complexos agroindustriais e outros complexos*.. ABRA, v. 21, n. 3, p. 5 a 124, set/dez. 1991.

- KAGEYAMA, A. et al. "O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIS". In: DELGADO, G. (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

- MANIFESTO SOBRE A AGRICULTURA IRRIGADA: Profrutas. Mossoró: Associação dos produtores e exportadores de frutas tropicais do Nordeste, 1995.

- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 11.ed., São Paulo: Difel, 1987. v. 1 e 2: Livro 1-O processo de produção do capital..

- MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. *Agricultura e industrialização do campo no Brasil*. Revista de Economia Política, v 2/2, n. 6, p. 47 a 77, abr/jun. 1982.
- RN. Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio. Câmara setorial da agroindústria. Natal: 1995.
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E EMPREGO: o caso do desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil, 1, Brasília. ANAIS... Brasília: ABEAS/PRONI, 1989.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- UFRN. *A problemática da seca no RN*. Natal: Cooperativa Cultural-UFRN, 1991.
- VARGAS, Nazira Abib Oliveira. *Beiradeiros do Baixo-Açu*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1987.
- VIOTTI, Eduardo Baumgratz. *A economia e o Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- XAVIER, Jurandir Antônio. *Capital, classes e Estado na industrialização nacional*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.